

China  
Construction Bank  
(Brasil) Banco  
Múltiplo S/A - CCB  
Brasil e empresas  
controladas e  
assemelhadas

**Demonstrações contábeis  
consolidadas do Conglomerado  
Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório do comitê de auditoria</b>	<b>9</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial</b>	<b>11</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>18</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>19</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>20</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas</b>	<b>21</b>

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

**Senhores Acionistas,**

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. “CCB Brasil” ou “Banco”, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício e semestre encerrados em 31 de dezembro de 2016. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressalvados de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN).

### **Ambiente Econômico**

A economia brasileira encolheu 3,6% em 2016. Em dois anos, houve retração de 7,2%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que calcula o Produto Interno Bruto (PIB).

A inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) apresentou uma trajetória de queda ao longo de 2016 e encerrou o ano em 6,28% ante 10,67% apurado em 2015. Tal movimento influenciou, a partir de outubro, o início do ciclo da redução da taxa básica de juros (Selic), que ao término de 2016 situou-se em 13,75% a.a.

A taxa de câmbio apresentou expressiva volatilidade no decorrer de 2016. A cotação ao fim do exercício foi de R\$ 3,26/US\$ ante R\$ 3,90/US\$ em 2015.

Em 2016, a balança comercial brasileira registrou superávit (vendas externas maiores que as importações) de US\$ 47,68 bilhões, saldo superior aos US\$ 19,69 bilhões apurados no ano anterior. As exportações somaram US\$ 185,24 bilhões enquanto que as importações atingiram US\$ 137,55 bilhões. O Brasil desenvolveu a sua principal corrente comercial com a China, no montante de US\$ 58,49 bilhões. As exportações e as importações atingiram, respectivamente, US\$ 35,13 bilhões e US\$ 23,36 bilhões.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,10 trilhões em dezembro de 2016, o que representa uma diminuição de 3,55% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 49,39%.

## **A subsidiária China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.**

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), que se posiciona como o segundo maior banco comercial da China, com mais de 60 anos de histórico operacional. As ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ao longo de 2016, houve aumento de capital no CCB Brasil no montante de R\$ 905,0 milhões, sendo R\$ 760,0 milhões no primeiro semestre e R\$ 145,0 milhões no segundo semestre.

### **Riscos**

A gestão de riscos da Instituição tem como objetivo garantir um adequado balanço entre o risco e o retorno. O Banco adota o critério de avaliação de carteiras em função da rentabilidade das operações e do capital econômico que consomem considerando os principais riscos identificados, incluindo-se os de mercado, crédito, socioambiental, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas especializadas, atendendo os objetivos, políticas, estratégias definidos.

A governança de riscos, de maneira geral, é centralizada no Comitê de Governança, que cuida ainda da definição de limites globais de exposição e os níveis de conformidade e alocação de capital em função dos riscos. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco centraliza as decisões das empresas do conglomerado e adota modelos internos de rating, gestão de capital por avaliação de cenários, análise de VaR e EVE como elementos de controle e limites, além de testes de estresse. Conta a Instituição com medidas transversais destinadas a limitar a excessiva concentração do perfil de riscos, na perspectiva dos clientes, negócios, produtos e disposição geográfica.

Com o objetivo de reforçar seus valores e alinhar o comportamento dos empregados às diretrizes estabelecidas no gerenciamento de riscos, o Banco dispõe de diversas iniciativas internas que estimulam a cultura de riscos e fortalecem a responsabilidade individual e o comportamento ético de gerir o negócio.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site da Instituição (<http://www.br.ccb.com>).

### **Risco de Mercado**

O controle dos riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros que compõem as carteiras é essencial para aperfeiçoar o uso do capital e priorizar os negócios que oferecem a melhor relação de risco e retorno.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente e para efeito de classificação quanto à intenção de negociação, as carteiras são divididas em duas categorias. As operações com intenção de negociação e destinadas à revenda, obtenção de benefício de movimentos de preços e realização de arbitragem (Trading Book) são segregadas das estruturais, destinadas a gestão ativa da carteira (Banking Book), no momento de sua realização. Por seguir a regra Volcker que limita as operações da carteira trading, o Conglomerado tem limitado sua atuação nos mercados de derivativos que somente são utilizadas com o fito de posicionamento de hedge, sem fazer uso dos movimentos de preços e realização de arbitragem.

Diariamente, os limites preestabelecidos pelo Comitê de Tesouraria são comparados aos valores das carteiras marcadas a mercado (MtM) e ao *Value at Risk* (VaR) e EVE (*Economic Value of Equity*). O controle das posições do banco pelo seu valor de mercado visa fornecer sensibilidade a real exposição aos diversos fatores de risco.

Durante o ano, os níveis médios de risco de mercado mantiveram-se reduzidos quando comparados ao Patrimônio Líquido da Instituição. Em 30 de dezembro de 2016, devido à limitações adotadas a partir de julho/16, o VaR para a exposição trading atingiu R\$ 40,8 mil e o VaR Global (*Trading e Banking*) - R\$ 122,3 milhões. Comparativamente, em 30 de dezembro de 2015, o VaR para a exposição trading atingiu R\$ 266 mil e o VaR Global (*Trading e Banking*) - R\$ 34,8 milhões.

Com a aprovação pelos reguladores americanos da regra *Volcker* que integra a lei Dodd-Frank sobre a reforma de Wall Street, o China Construction Bank Corporation e suas controladas tiveram que adaptar suas carteiras. Foram suspensas, a partir de julho/16, as operações da carteira de negociação (*trading*) do CCB Brasil, pois a regra impede que uma entidade bancária, ligada a uma corporação com operações nos EUA, conduza transações por meio das quais ela seja a principal beneficiária de movimentos de curto prazo nos preços dos ativos contemplados nestas operações.

### **Exposição Cambial**

O conglomerado acompanha a composição dos ativos e passivos, detalhados por indexador, com o intuito de gerenciar as exposições e analisar os impactos possíveis em diversos cenários. A estratégia de gestão do risco cambial é a de compensar os riscos decorrentes da exposição às variações no valor das moedas. Para essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Em 30 de dezembro de 2016, a exposição cambial, para efeito do requerimento de capital atendendo a Circular BACEN 3.389 de 25 de junho de 2008, e Circular BACEN 3.662 de 11 de julho de 2013, somava R\$ 104,7 milhões representando elevação ante a exposição de R\$ 35,3 milhões de dezembro de 2015.

### **Risco de Liquidez**

O Banco dispõe de controles e limites técnicos para monitorar e mitigar a ocorrência de eventuais desequilíbrios entre o fluxo dos ativos negociáveis e passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição. O Fluxo de caixa é avaliado diariamente e são definidas ações táticas para sua manutenção. Pela sua importância, os limites de liquidez e os modelos de estresse são permanentemente

avaliados, bem como as decisões estratégicas e a política de contingência para um horizonte de tempo de, no mínimo, três anos.

Os indicadores definidos para o cenário de estresse de mercado e institucional permitem simular o comportamento do caixa e antecipar ações. A política de caixa mínimo vigente considera a possibilidade de resgates antecipados de passivos e necessidade de renovações de operações ativas em caso de turbulência na economia.

### **Risco de crédito**

A gestão do risco de crédito permite um controle integrado com diversas visões da carteira, incluídas as linhas utilizadas e não utilizadas, derivativos e operações que não constam do balanço. O risco de crédito decorre principalmente de operações de empréstimo, de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos além de obrigações financeiras relacionadas a compromissos de empréstimo e prestação de garantias. Os limites são aprovados em comitês, com utilização de modelos de rating. Por sua vez, para as garantias reais, os valores são obtidos pelos preços de mercado e mensalmente atualizados. O Banco prioriza manter uma carteira de riscos bastante diversificada em relação a sua exposição a mercados, setores e produtos.

Faz parte da avaliação o impacto social e ambiental adverso das atividades dos clientes que decorrem de eventual paralisação ou limitação de atividades que podem refletir em elevação de riscos associados à capacidade de pagamento, ao cumprimento de obrigações, à performance e demais riscos de crédito. Além da classificação de rating de crédito, todos os clientes são qualificados em ratings socioambientais. Em 30 de dezembro de 2016, cerca de 75% dos clientes possuíam riscos socioambientais médios e baixos.

### **Risco Operacional**

O CCB Brasil aloca capital para risco operacional atendendo a legislação e adota a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada, prevista no § 1º do art.1º da Circular nº. 3.383, de 30 de abril de 2008 e complementa a visão do risco operacional por intermédio de modelo gerencial de avaliação econômica por linha de negócios, com quantificação dos riscos operacionais por meio de modelos estatísticos, utilizando-se de sistema que permite o cálculo de perdas esperadas e alocação de capital para perdas não esperadas (VaR no intervalo de confiança 99,9%).

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e seu apetite ao risco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa a redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas.

## **Governança Corporativa**

A estrutura de Comitês das áreas técnicas e decisórias possibilita troca de experiências e permite a elaboração de soluções consistentes para o desenvolvimento de um ambiente voltado à sustentabilidade dos negócios, preservação de imagem e administração de riscos. Por intermédio de manifestação de comitês sobre as principais decisões, especialmente em ambiente de alta volatilidade, de elevação de inadimplência e riscos de liquidez do fluxo de caixa, há o alinhamento à estratégia de negócios e ao apetite ao risco.

Dando ainda maior ênfase ao pilar de supervisão, o Comitê de Auditoria realiza periodicamente a revisão dos principais relatórios e se reúne com os gestores, obtendo uma visão abrangente dos principais riscos e controles com o intuito de subsidiar o Conselho de Administração em questões referentes à contabilidade, auditoria e finanças, visando proporcionar maior transparência às informações e assegurar a prestação de contas dos administradores.

Decorrente de suas práticas de Governança, o Banco preza pela qualidade e aperfeiçoamento do relacionamento e prestação de contas aos seus públicos de interesse. Com o objetivo de aperfeiçoar a comunicação de informações e revelar de forma clara as atividades e resultados econômicos, sociais e ambientais a Instituição publica anualmente seu Relatório Anual e de Sustentabilidade, destinado a todos os públicos e que está disponível em seu site.

## **Relacionamento com auditores**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

## **Circular nº 3.068/01 BACEN**

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 1.270,8 milhões, o que representa 16,5% do total de títulos e valores mobiliários.

## **Considerações finais**

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2017).

## Ratings

Agências/ Consultoria	Rating	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
Moody's	Ba3 NP Estável  Ba1 NP Negativa  Aaa.br BR-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> <li>Perspectiva</li> <li>• Depósitos na Escala Global em moeda local</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> <li>Perspectiva</li> <li>• Depósitos na Escala Nacional</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> </ul>	16/03/2017
Standard & Poor's	B+ B brBBB CreditWatch em desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escala Global em moeda estrangeira e moeda local – rating de contraparte</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> <li>• Escala Nacional</li> <li>• Perspectiva</li> </ul>	08/03/2017
Fitch Ratings	AAA(bra) F1+ (bra) Estável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escala Nacional</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> <li>• Perspectiva</li> </ul>	02/02/2017



## **China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A**

### **RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB foi instituído em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao estatuto social da Instituição, sendo composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O antigo Bicbanco, sucedido pelo CCB, teve seu controle acionário adquirido pelo CCB - China Construction Bank, através da CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda., sendo que as operações do banco estão sendo conduzidas nesse novo contexto. Já ocorreu o cancelamento de registro de companhia aberta. Em seu estudo técnico a instituição prevê a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes para a realização do estoque de créditos tributários, bem como aumentos de capital, tendo em vista os níveis definidos pela regulamentação, aspectos constantes da nota explicativa nº 1, relativa ao contexto operacional, bem como do relatório dos auditores independentes em parágrafo de ênfase e como um dos principais assuntos de auditoria.

O relatório do Comitê e este resumo foram aprovados em reunião de 28/03/2017. O Comitê acompanha as determinações e apontamentos do órgão regulador, tendo inclusive mantido durante o período reunião específica com representantes do Banco Central do Brasil (BACEN). O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2016, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê de Auditoria avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição.

A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Cabe ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controle interno e das demonstrações financeiras.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade apropriada.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela KPMG Auditores Independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre e ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2016, cujo relatório, apresentado em novo formato, é datado de 28 de março de 2017, e apresenta-se sem ressalvas, com parágrafo de ênfase sobre a transferência de controle acionário e créditos tributários, fazendo referência à nota explicativa sobre contexto operacional, em relação às ações visando a recuperação do ativo fiscal diferido e para o cumprimento dos limites mínimos de capital. Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do CCB.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao semestre e ao exercício encerrados em 31 de dezembro de 2016. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o parecer dos auditores independentes sem ressalvas.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes e os resultados de ações fiscalizadoras do BACEN. Suas principais recomendações estão centradas na definição e implementação do plano estratégico e da necessidade de recomposição do capital regulatório, ambos aspectos essenciais para possibilitar a recuperação do ativo fiscal diferido.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2016, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da instituição. Conforme comentários na nota explicativa 1 e parágrafo de ênfase no relatório dos auditores, a instituição realiza uma série de medidas visando a regularização dos níveis mínimos de capitalização e realização do ativo fiscal diferido.

São Paulo, 28 de março de 2017.

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira  
Presidente

Walter M. Machado de Barros



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial**

Ao

Conselho de Administração e Acionistas do

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil

São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa nº2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as



demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase - Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial e restrição sobre distribuição ou uso**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, que descreve a base contábil dessas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, elaboradas para auxiliar o China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil no cumprimento dos requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação da administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não esse Banco. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

**Ênfase - Transferência do controle acionário e créditos tributários**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 - Contexto operacional, a qual informa sobre as ações previstas e implementadas pelo Banco e seu Controlador para a manutenção dos registros dos créditos tributários, para a retomada de resultados operacionais positivos, com a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização dos créditos tributários, e as ações para o reenquadramento dos limites mínimos de capitalização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de março de 2017.

**Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor**

A administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas Conglomerado Prudencial.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2016 e 2015**

*Em milhares de Reais*

	Nota	Prudencial	
		2016	2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>11.402.380</b>	<b>8.595.717</b>
Disponibilidades	4a.	111.077	394.363
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.722.615	357.322
Aplicações no mercado aberto	4b.	3.579.119	6.376
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	12.339	20.332
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	131.157	330.614
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		3.858.884	4.141.707
Carteira própria	5b.	46.442	1.868.790
Vinculados a operações compromissadas	5b.	2.910.915	1.645.069
Vinculados ao Banco Central	5b.	141.624	-
Vinculados a prestação de garantias	5b.	695.951	285.123
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	63.952	342.725
Relações Interfinanceiras		10.303	33.309
Depósitos no Banco Central	7.	10.303	33.309
Operações de Crédito		2.924.988	2.602.951
Operações de crédito	8.	3.174.618	2.997.420
Setor público		14.427	70.358
Setor privado		3.160.191	2.927.062
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(249.630)	(394.469)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	(2.773)	(5.678)
Arrendamentos a receber - setor privado		22.710	62.523
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(22.337)	(60.887)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		-	-
Outros Créditos		(3.146)	(7.314)
Outros Créditos		724.248	1.027.551
Avais e fianças honrados		9.782	34.317
Carteira de câmbio	10.	541.860	827.160
Rendas a receber		31.934	18.611
Negociação e intermediação de valores		4.285	1.196
Diversos	11.	165.141	231.704
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(28.754)	(85.437)
Outros Valores e Bens		53.038	44.192
Despesas antecipadas	12b.	53.038	44.192
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>10.213.674</b>	<b>5.212.355</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		927	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	927	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.145.984	812.324
Carteira própria	5b.	1.332.069	141.348
Vinculados a operações compromissadas	5b.	2.531.836	52.495
Vinculados a prestação de garantias		8.846	-
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	273.233	618.481
Operações de Crédito		3.314.146	1.909.780
Operações de crédito	8.	3.529.777	2.262.630
Setor público		-	22.506
Setor privado		3.529.777	2.240.124
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(215.631)	(352.850)
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	(2.642)	(4.748)
Arrendamentos a receber - setor privado		18.756	39.529
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(18.756)	(39.529)
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(2.642)	(4.748)
Outros Créditos		2.420.138	2.211.119
Carteira de câmbio	10.	-	2.231
Ativo Fiscal Diferido - créditos tributários	28.a	1.447.978	1.694.872
Crédito presumido - Lei 12.838/2013		380.662	-
Diversos	11.	596.046	558.293
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(4.548)	(44.277)
Outros Valores e Bens		335.121	283.880
Outros valores e bens	12a.	363.573	331.561
Despesas antecipadas	12b.	67.048	30.147
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.	(95.500)	(77.828)
<b>Permanente</b>		<b>311.404</b>	<b>386.761</b>
Investimentos		2.262	1.581
Participações em controladas - no país		1.517	869
Outros investimentos		1.235	1.202
Provisão para perdas em investimentos		(490)	(490)
Imobilizado de Uso	13b.	105.932	114.403
Imóveis de uso		196.034	166.813
Outras imobilizações de uso		39.267	35.590
Depreciações acumuladas		(129.369)	(88.000)
Imobilizado de Arrendamento		103.038	203.668
Bens arrendados		225.297	379.267
Superveniência de depreciação		13.796	35.067
Depreciações acumuladas		(136.055)	(210.666)
Intangível	13c.	100.172	62.235
Ativos intangíveis		119.662	115.914
Amortização acumulada		(19.490)	(53.679)
Diferido	13d.	-	4.874
Gastos de organização e expansão		-	30.783
Perdas em arrendamento a amortizar		-	12.148
Amortização acumulada		-	(38.057)
<b>Total do Ativo</b>		<b>21.927.458</b>	<b>14.194.833</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil empresas controladas e assemelhadas**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2016 e 2015**

Em milhares de Reais

		<b>Prudencial</b>	
		<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>		<b>17.413.024</b>	<b>9.531.802</b>
Depósitos	17a.	1.935.842	2.656.979
Depósitos à vista		80.185	114.105
Depósitos de poupança		10.849	12.733
Depósitos interfinanceiros		94.540	145.202
Depósitos a prazo		1.744.878	2.382.567
Depósitos em moedas estrangeiras		5.390	2.372
Captações no Mercado Aberto	18.	6.868.236	1.511.007
Carteira própria		5.366.676	1.511.007
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		291.630	442.814
Recursos de letras emitidas		291.628	410.914
Letras de crédito imobiliário		121.061	141.910
Letras de crédito de agronegócio		162.779	192.662
Letras financeiras		7.788	76.342
Recursos de aceites cambiais		2	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	-	31.900
Relações Interfinanceiras		-	3
Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	3
Relações Interdependências		8.235	23.202
Recursos em trânsito de terceiros		8.235	23.202
Obrigações por Empréstimos	20.	7.442.965	4.131.999
Empréstimos no exterior		7.442.965	4.131.999
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	115.288	45.285
Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		112.893	37.656
Ministério das Cidades		2.395	7.629
Obrigações por Repasses do Exterior	20.	44.036	217.435
Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	27.440	25.132
Instrumentos financeiros derivativos		27.440	25.132
Outras Obrigações		679.352	477.946
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.841	1.097
Carteira de câmbio	10.	23.242	20.476
Sociais e estatutárias		204	13.316
Fiscais e previdenciárias	23.	108.094	69.340
Negociação e intermediação de valores		36.192	8.181
Divida subordinada	26.	120.796	19.948
Diversas	24.	388.983	345.588
Obrigações por cotas subordinadas - FIDC			
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		<b>3.086.738</b>	<b>3.833.378</b>
Depósitos	17a.	304.257	1.065.116
Depósitos interfinanceiros		105.024	665.612
Depósitos a prazo		199.233	399.504
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.	143.303	130.912
Recursos de letras emitidas		87.958	75.604
Letras de crédito imobiliário		36.082	56.844
Letras de crédito de agronegócio		26.705	11.964
Letras financeiras		25.171	6.796
Recursos de aceites cambiais		279	242
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	55.066	55.066
Obrigações por Repasses do Exterior	20.	74.480	5.924
Outras Obrigações		2.561.581	2.608.694
Fiscais e previdenciárias	22.	732.299	681.240
Divida subordinada	25a.	1.244.259	1.492.185
Instrumentos de divida elegíveis a capital	25b.	559.926	397.526,00
Diversas	24.	25.097	37.743
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	26.	<b>30.997</b>	<b>29.107</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	27.	<b>1.396.699</b>	<b>800.546</b>
Capital Social		1.699.886	2.012.810
De domiciliados no país		1.699.886	2.012.810
(-) Capital e realizar		(3.738)	-
Reservas de capital		24.956	-
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.697)	(5.010)
Prejuízos acumulados		(305.596)	(1.218.226)
Participação de não controladores		37.993	66.077
(-) Ações em tesouraria		(55.105)	(55.105)
<b>Total do Passivo</b>		<b>21.927.458</b>	<b>14.194.833</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.



**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas**

**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e do segundo semestre

*Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social*

		<b>Prudencial</b>		
		<b>2º Semestre</b>		
Nota	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>969.191</b>	<b>1.716.124</b>	<b>3.484.066</b>
Operações de crédito	29a.	544.004	1.030.280	1.287.174
Operações de arrendamento mercantil		8.721	13.297	-6.736
Resultado de títulos e valores mobiliários	29b.	405.805	661.747	508.532
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	30c.			1.143.774
Variação cambial NDF - Cayman				
Resultado de câmbio	30d.			551.104
Resultado de aplicações compulsórias		134	273	218
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		10.527	10.527	
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(652.288)</b>	<b>(1.627.621)</b>	<b>(3.979.877)</b>
Captação no mercado	29e.	(485.669)	(689.241)	(1.968.271)
Empréstimos, cessões e repasses	29f.	(101.377)	668.249	(1.031.493)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	29c.	(191.917)	(1.309.243)	
Resultado de câmbio	29d.	25.302	(96.657)	
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		(870.842)	(870.842)	(2.198)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	972.215	670.113	(977.915)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>316.903</b>	<b>88.503</b>	<b>-495.811</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(288.875)</b>	<b>(467.267)</b>	<b>(575.695)</b>
Receitas de prestação de serviços		34.565	63.497	62.999
Rendas de tarifas bancárias		2.446	5.927	10.474
Despesas de pessoal	29j.	(129.298)	(241.861)	(223.465)
Despesas tributárias	29l.	(19.858)	(33.327)	(32.382)
Resultado de participações em controladas	15.	645	648	20
Outras despesas administrativas	29k.	(85.827)	(167.380)	(170.687)
Outras receitas operacionais	29h.	54.444	151.775	71.001
Outras despesas operacionais	29i.	(145.992)	(246.546)	(293.655)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>28.028</b>	<b>(378.764)</b>	<b>(1.071.506)</b>
Resultado não operacional	29n.	(12.987)	(12.006)	(2.673)
<b>Resultado Antes da Tributação e Participações Sobre o Lucro</b>		<b>15.041</b>	<b>(390.770)</b>	<b>(1.074.179)</b>
Imposto de renda	28c.	(20.441)	(32.138)	(16.574)
Contribuição social	28c.	(8.333)	(18.891)	(12.727)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	28c.	48.703	136.479	611.933
<b>Lucro / (Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercício</b>		<b>34.970</b>	<b>(305.320)</b>	<b>(491.547)</b>
<b>Resultado atribuído ao controlador</b>		<b>54.899</b>	<b>(316.922)</b>	<b>(501.451)</b>
<b>Resultado atribuído ao não controlador</b>		<b>5.878</b>	<b>11.602</b>	<b>9.904</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e do segundo semestre

*Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social*

	Capital social	(-) Capital a realizar	Ações em Tesouraria	Reservas de capital				Total
				Ágio na subscrição de ações	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2015</b>	<b>2.012.810</b>	-	<b>(55.105)</b>	-	<b>(11.586)</b>	<b>(726.679)</b>	-	<b>1.219.440</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	6.576	-	-	6.576
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(491.547)	-	(491.547)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	66.077	66.077
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>2.012.810</b>	-	<b>(55.105)</b>	-	<b>(5.010)</b>	<b>(1.218.226)</b>	<b>66.077</b>	<b>800.546</b>
<b>Mutações do exercício</b>	-	-	-	-	6.576	(491.547)	66.077	(418.894)
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016</b>	<b>2.012.810</b>	-	<b>(55.105)</b>	-	<b>(5.010)</b>	<b>(1.218.226)</b>	<b>66.077</b>	<b>800.546</b>
Redução de capital	(1.217.950)	-	-	-	-	1.217.950	-	-
Aumento de capital em espécie	905.026	(3.738)	-	24.956	-	-	-	926.244
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.313	-	-	3.313
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(305.320)	-	(305.320)
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(28.084)	(28.084)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.699.886</b>	<b>(3.738)</b>	<b>(55.105)</b>	<b>24.956</b>	<b>(1.697)</b>	<b>(305.596)</b>	<b>37.993</b>	<b>1.396.699</b>
<b>Mutações do exercício</b>	(312.924)	(3.738)	-	24.956	3.313	912.630	(28.084)	596.153
<b>Saldos em 01 de julho de 2016</b>	<b>1.554.860</b>	-	<b>(55.105)</b>	-	<b>(1.652)</b>	<b>(340.566)</b>	<b>71.024</b>	<b>1.228.561</b>
Aumento de capital em espécie	145.026	(3.738)	-	24.956	-	-	-	166.244
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(45)	-	-	(45)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	34.970	-	34.970
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(33.031)	(33.031)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.699.886</b>	<b>(3.738)</b>	<b>(55.105)</b>	<b>24.956</b>	<b>(1.697)</b>	<b>(305.596)</b>	<b>37.993</b>	<b>1.396.699</b>
<b>Mutações do semestre</b>	145.026	(3.738)	-	24.956	(45)	34.970	(33.031)	168.138

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos 31 de dezembro de 2016 e 2015 e do segundo semestre

Em milhares de Reais

	Prudencial		
	2º Semestre 2016	2016	2015
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>			
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>34.970</b>	<b>(305.320)</b>	<b>(491.547)</b>
<b>Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>(956.713)</b>	<b>(653.301)</b>	<b>1.110.437</b>
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(972.215)	(670.113)	977.915
Depreciações e amortizações	9.863	20.221	15.935
Provisão outras	17.126	17.429	1.519
Provisão/(reversão) com processos cíveis e trabalhistas	15.811	(47)	29.268
Resultado de participações em controladas	(645)	(648)	(20)
(Ganho)/perda na venda de imobilizado	(1.682)	(1.677)	2.479
(Ganho) na venda bens não de uso próprio	(296)	(2.450)	(3.808)
Amortização de ágio de investimento	(25.867)	(37.287)	-
Superveniência/insuficiência de depreciação	1.192	21.271	87.149
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>(921.743)</b>	<b>(958.621)</b>	<b>618.890</b>
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	40.860	13.443	41.471
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instr.fin.deriv.	(2.777.907)	(1.906.677)	(615.253)
Redução em relações interfinanceiras e interdependencias	8.826	8.036	62.515
(Aumento)/redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(395.588)	(1.030.756)	1.781.379
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	(37.534)	143.800	(425.830)
(Aumento) em crédito tributário de IR e CS	(48.740)	(133.768)	-
Aumento/(redução) em depósitos	137.295	(1.481.997)	(2.954.206)
Aumento/(redução) captações no mercado aberto	5.734.458	5.357.229	(103.637)
Aumento em outras obrigações	137.817	140.863	30.094
Aumento/(redução) em impostos a recolher IR e CS	7.168	(1.843)	-
Aumento em resultado de exercicios futuros	1.145	1.891	3.007
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais</b>	<b>1.886.057</b>	<b>151.600</b>	<b>(1.561.570)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos :</b>			
Redução em títulos e valores mobiliários	(1.130.769)	(1.136.948)	(35.954)
Alienação de bens não de uso próprio	9.066	16.795	31.891
Alienação de investimentos	-	-	7
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	43.356	93.723	94.877
Aquisição de bens não de uso próprio	(25.259)	(38.398)	(38.057)
Aquisição de investimentos	(34)	(34)	(4)
Aquisição de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	(9.740)	(16.221)	(31.331)
Aplicação no intangível	(1.563)	(3.748)	(2.178)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.114.943)</b>	<b>(1.084.831)</b>	<b>19.251</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos</b>			
(Redução) em recursos de emissão de títulos	(115.678)	(138.793)	(1.204.500)
Aumento em obrigações p/empréstimos e repasses	2.692.644	3.254.918	2.292.566
Aumento/(redução) em dívidas subordinadas	42.210	(147.079)	428.162
Aumento em instrumento de dívida elegíveis a capital	233.165	162.401	397.526
Participação de não controladores	(33.031)	(28.084)	66.077
Aumento de capital	141.288	901.288	-
Agio da emissão de ações	24.956	24.956	-
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>2.985.554</b>	<b>4.029.607</b>	<b>1.979.831</b>
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>3.756.668</b>	<b>3.096.376</b>	<b>437.512</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes	64.685	724.977	287.465
Saldo final de caixa e equivalentes	3.821.353	3.821.353	724.977
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>3.756.668</b>	<b>3.096.376</b>	<b>437.512</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB Brasil e empresas controladas e assemelhadas**

**Demonstrações do valor adicionado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e do segundo semestre

Em milhares de Reais

	Prudencial		
	2º Semestre 2016	2016	2015
<b>1.Receitas</b>	<b>1.899.034</b>	<b>2.385.257</b>	<b>2.521.494</b>
1.1 Intermediação Financeira	969.191	1.716.124	3.484.066
1.2 Prestação de Serviços	37.011	69.424	73.473
1.3 Provisão p/devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)	972.215	670.113	(977.915)
1.4 Outras	(79.383)	(70.404)	(58.130)
<b>2.Despesas de Intermediação Financeira</b>	<b>1.624.503</b>	<b>2.297.734</b>	<b>3.001.962</b>
<b>3.Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	<b>88.727</b>	<b>130.814</b>	<b>241.966</b>
3.1 Materiais, energia e outros	23.695	44.837	44.663
3.2 Serviços de terceiros	36.105	68.293	64.989
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos	28.927	17.684	132.314
<b>4.Valor Adicionado Bruto (1-2-3)</b>	<b>185.804</b>	<b>(43.291)</b>	<b>(722.434)</b>
<b>5. Depreciação, amortização e exaustão</b>	<b>(16.005)</b>	<b>(5.647)</b>	<b>15.936</b>
<b>6.Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)</b>	<b>201.809</b>	<b>(37.644)</b>	<b>(738.370)</b>
<b>7.Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>1.131</b>	<b>1.449</b>	<b>651</b>
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	645	648	20
7.2 Outras	486	801	631
<b>8.Valor Adicionado a Distribuir (6+7)</b>	<b>202.940</b>	<b>(36.195)</b>	<b>(737.719)</b>
<b>9. Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>202.940</b>	<b>(36.195)</b>	<b>(737.719)</b>
<b>9.1 Pessoal</b>	<b>111.877</b>	<b>207.726</b>	<b>189.464</b>
9.1.1 Remuneração direta	88.737	165.332	152.340
9.1.2 Benefícios	14.037	25.967	23.500
9.1.3 F.G.T.S.	9.103	16.427	13.624
<b>9.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>44.035</b>	<b>35.753</b>	<b>(464.511)</b>
9.2.1 Federais	35.634	19.313	(482.484)
9.2.2 Estaduais	701	1.194	1.112
9.2.3 Municipais	7.700	15.246	16.861
<b>9.3 Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>12.058</b>	<b>25.647</b>	<b>28.875</b>
9.3.1 Aluguéis	12.058	25.647	28.875
9.3.2 Outras	-	-	-
<b>9.4 Remuneração de capitais próprios</b>	<b>34.970</b>	<b>(305.321)</b>	<b>(491.547)</b>
9.4.3 Lucros / prejuízos retidos	34.970	(305.321)	(491.547)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil, anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO, (“Companhia”) constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de *Factoring e Forfaiting*.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) (“Controlador”), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A - CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

A partir da transferência do controle acionário, as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas em contexto operacional integrado com seu novo Controlador, o Grupo CCB, sediado na República Popular da China, e, respeitada a regulamentação brasileira, de lá emanam as diretrizes que orientam a formulação das políticas internas, das políticas contábeis e as práticas operacionais e de negócios. Para tanto, a administração, vem implementando um conjunto de medidas para adequar o Banco e suas subsidiárias às novas políticas de condução dos negócios vis-à-vis ao cenário econômico brasileiro. Essas ações, cujas principais descritas abaixo, estão alinhadas às premissas de realização dos créditos tributários (nota explicativa nº 28) esperadas para os próximos dez anos - prazo máximo de realização determinado na Resolução CMN nº 3.059/02, as quais podem assim serem resumidas:

- (a) Equacionamento e melhoria dos custos de captação, com a obtenção de linhas de crédito, das quais, até o período findo em 31 de dezembro de 2016, foram captados junto ao controlador no exterior o montante da ordem de US\$ 2 bilhões, com possibilidade de acesso a um crédito adicional de US\$ 1 bilhão;
- (b) Captações externas através da emissão de títulos no exterior, sendo:
  - Bônus Perpétuo no montante de US\$ 70 milhões, emitidos em 29 de dezembro de 2016 elegíveis a composição do Patrimônio de Referência de nível I, e
  - Dívida subordinada de 10 anos, no montante de US\$ 100 milhões emitidos em 30 de setembro de 2015, para integrar o Patrimônio de Referência nível II;

- (c) Aumentos do capital social em 2016:
  - R\$ 760 milhões integralizados em abril de 2016, e
  - R\$ 145 milhões integralizados em dezembro de 2016;
- (d) Aumento de capital para suportar o plano de negócios e manter os níveis mínimos de capitalização durante o exercício de 2017, assim como nos exercícios subsequentes, conforme estudo técnico da realização dos créditos tributários;
- (e) Retomada gradual da concessão de crédito corporativo, com aumento das receitas decorrentes de operações de crédito a empresas de grande e médio porte;
- (f) Acréscimo das receitas obtidas com a carteira de crédito consignado, devido a decisão de aumento da representatividade daquelas operações na carteira do conglomerado;
- (g) Aumento nas receitas de prestação de serviços, consistente com o novo perfil de negócios internacionais do Banco e o desenvolvimento de produtos e serviços para atendimento a clientes estratégicos;
- (h) Melhoria nos processos voltados a recuperações de créditos, e possível realização de outras operações de securitização, nos moldes semelhantes daquela realizada em novembro/2016 e que redundou em receitas de R\$ 326 milhões;
- (i) Redução dos custos administrativos e operacionais;
- (j) Investimento no desenvolvimento de produtos com suporte tecnológico; e
- (k) Administração irá apresentar ao Banco Central do Brasil (BACEN), no decorrer do primeiro semestre de 2017, o pedido de dispensa previsto no parágrafo 3º do artigo 5º da Resolução 3.059/2002 e alterações posteriores.

As medidas listadas atenderão objetivo de recomposição gradual do resultado da intermediação financeira e conseqüente retomada de resultados operacionais positivos e resultados tributáveis, em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários contabilizados, a apuração de maiores margens e cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização, o qual repousará sobre a premissa básica do reenquadramento e manutenção de adequada capitalização da instituição financeira por parte do controlador.

## **2 Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial**

### **a. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial**

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A - CCB Brasil foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados as definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram

realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil elabora suas demonstrações contábeis consolidadas societárias e estão disponíveis no seu site em Relações com Investidores (<http://www.br.ccb.com>).

**b. Demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial**

Conforme determinado no artigo 1º e 4º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do CMN, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A - CCB Brasil, incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior, as empresas controladas direta ou indiretamente, os fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC's, proporcionalmente o Empreendimento Controlado em conjunto.

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

<b>Artigo 1º da Resolução nº 4.280</b>	<b>%</b>
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
BRASILFactors	50
<b>Artigo 4º da Resolução nº 4.280</b>	<b>%</b>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BRASILFactors Crédito Corporativo	100

**b.1 Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - BRASILFactors**

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma *joint venture*, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation - IFC (20%). No primeiro trimestre de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50%, o controle permanece compartilhado.

As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB**  
**Brasil e empresas controladas e assemelhadas**  
*Demonstrações contábeis consolidadas*  
do Conglomerado Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015

**b.2 Balanço das controladas diretas**

	Dezembro/16					
	CCB Brasil DTVM	CCB Brasil Leasing (*)	CCB Brasil Financeira	CCB Brasil Cartões	Brasil Factors	Total
<b>Ativo Total</b>	<b>20.911</b>	<b>346.259</b>	<b>2.336.306</b>	<b>31.833</b>	<b>77.587</b>	<b>2.812.896</b>
<b>Circulante e realizável a longo prazo</b>	<b>20.911</b>	<b>243.222</b>	<b>2.331.194</b>	<b>31.833</b>	<b>77.513</b>	<b>2.704.673</b>
Disponibilidades	18	346	2.410	779	130	3.683
Aplicações interfinanceiras	20.761	214.821	-	-	-	235.582
Títulos e valores mobiliários	-	-	8.846	17.128	22.068	48.042
Operações de crédito	-	-	1.461.560	-	49.969	1.511.529
Operação de arrendamento mercantil	-	(5.415)	-	-	-	(5.415)
Outros créditos	132	30.561	821.580	13.926	5.297	871.496
Outros valores e bens	-	2.909	36.798	-	49	39.756
<b>Ativo permanente</b>	<b>-</b>	<b>103.037</b>	<b>5.112</b>	<b>-</b>	<b>74</b>	<b>108.223</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>20.911</b>	<b>346.259</b>	<b>2.336.306</b>	<b>31.833</b>	<b>77.587</b>	<b>2.812.896</b>
<b>Circulante e exigível a longo prazo</b>	<b>1.075</b>	<b>97.789</b>	<b>2.242.820</b>	<b>18.284</b>	<b>75.509</b>	<b>2.435.477</b>
Depósitos	-	-	2.211.024	-	-	2.211.024
Recursos de aceites cambiais e debêntures	-	-	281	-	-	281
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	25.479	25.479
Outras obrigações	1.075	97.789	31.515	18.284	50.030	198.693
<b>Patrimônio líquido - Capital social e reservas</b>	<b>18.168</b>	<b>228.477</b>	<b>130.773</b>	<b>11.093</b>	<b>4.425</b>	<b>392.936</b>
<b>Resultado do período</b>	<b>1.668</b>	<b>19.993</b>	<b>(37.287)</b>	<b>2.456</b>	<b>(2.347)</b>	<b>(15.517)</b>

  

	Dezembro/15					
	CCB DTVM	CCB Brasil Leasing	CCB Financeira	CCB Brasil Cartões	Brasil Factors	Total
<b>Ativo Total</b>	<b>20.169</b>	<b>373.852</b>	<b>1.290.610</b>	<b>42.047</b>	<b>36.918</b>	<b>1.763.596</b>
<b>Circulante e realizável a longo prazo</b>	<b>20.169</b>	<b>165.310</b>	<b>1.289.396</b>	<b>42.047</b>	<b>36.831</b>	<b>1.553.753</b>
Disponibilidades	22	488	1.041	8.713	840	11.104
Aplicações interfinanceiras	-	127.987	52.042	-	-	180.029
Títulos e valores mobiliários	19.653	9.291	6.272	23.656	30.888	89.760
Operações de crédito	-	-	640.558	-	925	641.483
Operação de arrendamento mercantil	-	(10.426)	-	-	-	(10.426)
Outros créditos	494	31.707	558.668	9.678	4.164	604.711
Outros valores e bens	-	6.263	30.815	-	14	37.092
<b>Ativo permanente</b>	<b>-</b>	<b>208.542</b>	<b>1.214</b>	<b>-</b>	<b>87</b>	<b>209.843</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>20.169</b>	<b>373.852</b>	<b>1.290.610</b>	<b>42.047</b>	<b>36.918</b>	<b>1.763.596</b>
<b>Circulante e exigível a longo prazo</b>	<b>2.001</b>	<b>145.375</b>	<b>1.159.831</b>	<b>30.954</b>	<b>32.493</b>	<b>1.370.654</b>
Depósitos	-	-	1.137.969	-	-	1.137.969
Recursos de aceites cambiais e debêntures	-	-	241	-	-	241
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	-	29.218	29.218
Instrumentos financeiros e derivativos	-	-	-	-	1.651	1.651
Outras obrigações	2.001	145.375	21.621	30.954	1.624	201.575
<b>Patrimônio líquido - Capital social e reservas</b>	<b>16.921</b>	<b>214.455</b>	<b>134.806</b>	<b>8.241</b>	<b>5.581</b>	<b>380.004</b>
<b>Resultado do período</b>	<b>1.247</b>	<b>14.022</b>	<b>(4.027)</b>	<b>2.852</b>	<b>(1.156)</b>	<b>12.938</b>

### 3 Principais práticas contábeis

#### a. Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

#### b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a avaliação de



perda por redução ao valor recuperável de ativos, inclusive ágio na aquisição de investimentos, e a avaliação dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

**c. Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial estão sendo apresentadas em Real, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, por se tratar na essência de uma extensão das atividades do Brasil, os ativos, os passivos e os resultados, são adaptados às práticas contábeis utilizadas pelo CCB Brasil e foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. O resultado da variação cambial é registrado nas contas contábeis que as originaram na demonstração do resultado.

**d. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

**e. Ativo circulante e realizável a longo prazo**

**e.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**e.2 Títulos e valores mobiliários**

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

**e.3 Instrumentos financeiros derivativos**

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

**e.4 Operações de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de *ratings*, mantida fundamentação na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes: a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de *ratings* de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de *ratings*, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do *rating* de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 06 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela referida Resolução, conforme demonstrado na nota 9c - Composição da provisão por níveis de risco.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) não cancelamento;
- (b) opção de compra; e
- (c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:
  - **Arrendamentos a receber** - refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

- **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)** - registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

**e.5 Bens não de uso**

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

**e.6 Outros valores e bens**

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas associadas a captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência da portabilidade ou baixa para perdas.

**e.7 Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo**

São apresentados pelo valor líquido de realização.

**f. Permanente**

- f.1** O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida.
- f.2)** O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição, é depreciado linearmente com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.
- f.3)** O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88. Conseqüentemente, visando atender ao regime de competência, foi reconhecido no resultado de 2016 uma insuficiência de depreciação no montante de R\$ 21.272 (Dezembro/2015 - R\$ 87.149) equivalente ao ajuste a efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 3.449 (Dezembro/15 - R\$ 35.067), resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 5.318 (Dezembro/2015 - R\$ 21.787). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda e a

contribuição social diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.

As taxas anuais de depreciação, sem consideração da referida redução de 30% são:

	%
Aeronaves	10
Edificações	4
Veículos	20
Máquinas e equipamentos	10

- **Perdas em Arrendamento** - Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados quando efetuados aos próprios arrendatários são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento.
  - **Superveniência (insuficiência) de depreciação** - Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.
- f.4)** No ativo intangível, estão registrados os valores relativos a softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano.
- g. Passivo circulante e exigível a longo prazo**  
Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias”, e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em “Outros Créditos - Diversos”.

**h. Contingências e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº. 3.823/09.

**Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável.

**Passivos contingentes:** são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24).

**Obrigações legais:** estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

**i. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito**

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do CMN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.
- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

**j. Demonstrações de valor adicionado**

O CCB Brasil elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) consolidadas nos termos do Pronunciamento Técnico - CPC 09, as quais são apresentadas como informações adicionais às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

## 4 Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

### a. Disponibilidades

	Dezembro/16	Dezembro/15
Caixa	1.102	1.073
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	109.975	393.290
<b>Total</b>	<b><u>111.077</u></b>	<b><u>394.363</u></b>

### b. Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Dezembro/16	Dezembro/15
Até 30 dias	3.579.119	6.376
<b>Total</b>	<b><u>3.579.119</u></b>	<b><u>6.376</u></b>

### c. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Dezembro/16	Dezembro/15
Até 30 dias	2.139	2.541
De 31 a 90 dias	2.482	16.743
De 91 a 360 dias	7.718	1.048
Acima de 360 dias	927	-
<b>Total</b>	<b><u>13.266</u></b>	<b><u>20.332</u></b>

### d. Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Dezembro/16	Dezembro/15
Até 30 dias	131.157	330.614
<b>Total</b>	<b><u>131.157</u></b>	<b><u>330.614</u></b>

## 5 Títulos e valores mobiliários

### a. Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

**b. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria**

	Sem vencido.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
<b>Títulos para negociação</b>	-	-	33	3.794.899	3.794.932	3.800.396	3.794.932
<b>Carteira própria</b>	-	-	33	46.409	46.442	46.313	46.442
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	46.409	46.409	46.279	46.409
Notas do Tesouro Nacional - C	-	-	33	-	33	34	33
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	-	-	-	2.910.915	2.910.915	2.915.514	2.910.915
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	2.910.915	2.910.915	2.915.514	2.910.915
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	-	-	-	695.951	695.951	696.813	695.951
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	695.951	695.951	696.813	695.951
<b>Vinculados ao BACEN</b>	-	-	-	141.624	141.624	141.756	141.624
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	141.624	141.624	141.756	141.624
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	-	-	-	2.632.749	2.632.749	2.635.837	2.632.749
<b>Carteira própria</b>	-	-	-	92.067	92.067	92.784	92.067
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	38.529	38.529	38.584	38.529
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	-	53.538	53.538	54.200	53.538
<b>Vinculados a compromissadas</b>	-	-	-	2.531.836	2.531.836	2.534.196	2.531.836
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	2.531.836	2.531.836	2.534.196	2.531.836
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	-	-	-	8.846	8.846	8.857	8.846
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	8.846	8.846	8.857	8.846
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	-	-	-	1.240.002	1.240.002	1.240.002	1.229.043
<b>Carteira própria</b>	-	-	-	1.240.002	1.240.002	1.240.002	1.229.043
Cotas - FIDC	-	-	-	19.785	19.785	19.785	19.785
Global Bonds	-	-	-	1.220.217	1.220.217	1.220.217	1.209.258
<b>Total Dezembro/16</b>	-	-	33	7.667.651	7.667.683	7.676.235	7.656.725
<b>Total Dezembro/15</b>	1.861	133	483.106	3.507.725	3.992.825	3.999.758	3.991.483

(\*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 704.797 (Dezembro/15 - R\$ 285.122) sendo que o montante de R\$ 547.155 (Dezembro/15 - R\$ 155.305) refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b.6.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A, as ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço. O valor de mercado dos Global Bonds foi apurado com base no mercado secundário (Bloomberg).

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da BM&FBOVESPA e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

**c. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por indexador**

Título	Dezembro/16				
	Dólar	Selic	IPCA	Outros	Total
Fundos	-	-	-	19.785	19.785
Global Bonds	1.220.217	-	-	-	1.220.217
L.F.T	-	6.374.110	-	-	6.374.110
N.T.N-B	-	-	53.538	-	53.538
N.T.N-C	-	-	-	33	33
<b>Total</b>	<b>1.220.217</b>	<b>6.374.110</b>	<b>53.538</b>	<b>19.818</b>	<b>7.667.683</b>

	Dezembro/15			
Título	Selic	IPCA	Outros	Total
Ações	-	-	1.861	1.861
Fundos	-	-	47.507	47.507
L.F.T	3.313.850	-	-	3.313.850
N.T.N-B	-	629.576	-	629.576
N.T.N-C	-	-	31	31
<b>Total</b>	<b>3.313.850</b>	<b>629.576</b>	<b>49.399</b>	<b>3.992.825</b>

## 6 Carteira de instrumentos financeiros

### a. Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais aproxima-se do valor que se poderia obter por meio de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado, exceto operações de crédito e arrendamento mercantil.

As operações de crédito tiveram seus valores de mercado calculados a partir de indicadores disponíveis no mercado de acordo com a característica de cada operação.

O valor de mercado, dos depósitos interfinanceiros, dos depósitos a prazo prefixados, foi calculado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros das operações, com base nas taxas de juros de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

As operações passivas de títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e as dívidas subordinadas tiveram seus valores de mercado calculados a partir dos valores divulgados e disponíveis na Bloomberg.

Os valores de mercado estimados em 31 de dezembro de 2016 foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apreçamento: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da BM&FBOVESPA ou outras fontes de mercado.

Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que o CCB Brasil e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado e sua liquidez.

Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim apresentados:



**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB**  
**Brasil e empresas controladas e assemelhadas**  
*Demonstrações contábeis consolidadas*  
do Conglomerado Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015

	<b>Dezembro/16</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos</b>		
Títulos e valores mobiliários	7.667.683	7.687.373
Derivativos	337.185	337.185
Operações de crédito e arrendamento mercantil	7.445.765	8.299.614
<b>Passivos</b>		
Depósitos interfinanceiros	199.564	199.535
Depósitos a prazo	1.944.111	2.112.330
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	55.066	22.820
Derivativos	27.440	27.440
Dívidas subordinadas	1.365.055	1.567.931
	<b>Dezembro/15</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
<b>Ativos</b>		
Títulos e valores mobiliários	3.992.825	3.991.483
Derivativos	961.206	961.206
Operações de crédito e arrendamento mercantil	6.297.882	6.545.806
<b>Passivos</b>		
Depósitos interfinanceiros	810.814	815.681
Depósitos a prazo	2.782.071	2.818.350
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	86.966	95.856
Derivativos	25.132	25.132
Dívidas subordinadas	1.512.133	1.697.801

**b. Derivativos**

**b.1 Política de utilização**

A aprovação dos reguladores americanos da regra “Volcker” que integra a lei Dodd-Frank sobre a reforma em Wall Street refletiu sobre a atuação global do China Construction Bank Corporation - CCB - atual controlador do CCB Brasil. Por possuir também agência nos Estados Unidos, em Nova Iorque, teve que adaptar suas carteiras e a de todas as suas controladas. A regra é relativamente simples na sua concepção original. Os beneficiários da rede de proteção constituída pelo acesso ao emprestador de última instância ou ao seguro de depósitos, não poderiam mais realizar transações de compra e venda de papéis em carteira própria (*proprietary trading*), ou seja, devem abster-se das operações voltadas para a especulação com preços de papéis. Este tipo de operação foi identificado como o principal canal de comportamento especulativo que teria colocado as instituições bancárias em risco. Desta forma, as instituições mais voltadas para o crédito tradicional tiveram que deixar de operar com posições próprias mais especulativas e arriscadas. A Regra de “Volcker” também impede que instituições bancárias, isto é, aquelas cobertas pela proteção do Estado, pudessem investir seu capital próprio, ou patrocinar, de alguma forma, fundos de *hedge* e fundos de *private equity*.

Neste cenário, decorrente dessas limitações, mantiveram-se suspensas as operações da carteira trading do CCB Brasil. Da mesma forma, está proibido transacionar com fundos de *hedge* e de *private equity*, admitindo-se, todavia, exceções relativas a certas atividades de *market making*, gestão de carteiras, *underwriting* e transações com títulos do governo, desde que sejam conduzidas “em prol dos clientes”.

Durante o quarto trimestre o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras próprias. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade, o Banco utiliza operações com derivativos, objeto de *hedge*, proteção do fluxo de caixa e mitigação da variabilidade das exposições.

Assim, os derivativos negociados no período foram adquiridos para duas funções básicas:

- **Trading** - como instrumento de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.
- **Hedge** - para realização de *hedge* de portfólio estrutural.

Os derivativos que compunham a carteira de negociação ou *Trading Book* foram liquidados. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* vigentes em 31 de Dezembro de 2016, foram bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não havia posicionamento direcional que viesse a ser admitido além dos definidos pela Política.

As operações com clientes que outrora compunham a carteira trading, são, desde que atendam os pré-requisitos regulamentares, registradas na carteira banking e são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. A possibilidade de ocorrer descasamentos, nos casos em que a Tesouraria julgasse melhor administrar sua posição Trading, não é mais permitida, mesmo dentro do limite de VaR, em decorrência da regra “Volcker”. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

Desta forma, a carteira de negociação - trading - é composta por títulos públicos, e recursos captados via operações compromissadas. A carteira banking é composta, majoritariamente, por operações de créditos (incluindo-se os créditos diretos ao consumidor e capital de giro) e captações (majoritariamente depósitos a prazo, e captações internacionais). Destaca-se que essas carteiras apresentam como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento. Para as operações classificadas na Carteira Bancária (de Não Negociação), a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Banco.

### **b.2 Proteção das Exposições Cambiais**

O CCB Brasil efetua operações de *Swap* e NDF para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico para essas operações.

### **b.3 Gerenciamento de risco**

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou

indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios que é a concessão de crédito. O gerenciamento dos riscos é exercido diretamente pelos Comitês por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem como objetivo não permitir impactos no resultado, decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

***b.4 Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado***

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2016 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, cupom de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR ( para a carteira trading), EVE (para a carteira banking e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

***b.5 Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado***

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreçamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria.

***b.6 Registro dos valores***

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2016), são contabilizadas pelo

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB**  
**Brasil e empresas controladas e assemelhadas**  
 Demonstrações contábeis consolidadas  
 do Conglomerado Prudencial em  
 31 de dezembro de 2016 e 2015

valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 30.c.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2016 apresentam as seguintes características:

	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
<b>Contratos de Swap:</b>						
Mercado Interfinanceiro	11.069	18.812	11.750	(909.037)	(290.655)	(1.187.942)
Moeda Estrangeira	324.935	112	(11.750)	947.057	290.655	1.225.962
Pré	968	3.213	-	(38.020)	-	(38.020)
<b>Subtotal</b>	<b>336.972</b>	<b>22.137</b>	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(2.000)	5.622	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>334.972</b>	<b>27.759</b>	-	-	-	-
<b>Contratos de Termo/NDF:</b>						
Termo/NDF	2.213	1.273	1.892	2.876	(11.156)	(6.388)
<b>Subtotal</b>	<b>2.213</b>	<b>1.273</b>	-	-	-	-
<b>Contratos de Opções Flexíveis</b>						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	146.632	-	146.632
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>337.185</b>	<b>29.032</b>	-	-	-	-
<b>Contratos Futuros:</b>						
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(4.113.826)	(199.586)	(3.829.243)	(8.142.655)
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	823.416	2.593.119	10.946	3.427.481
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	(61.046)	-	-	(61.046)
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	66.845	-	-	66.845

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2015 apresentam as seguintes características:

	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
<b>Contratos de Swap:</b>						
Mercado Interfinanceiro	-	39.187	(37.627)	(2.036.479)	(397.203)	(2.471.309)
Moeda Estrangeira	953.784	9.412	37.627	2.036.479	397.203	2.471.309
<b>Subtotal</b>	<b>953.784</b>	<b>48.599</b>	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	(20.011)	(24.072)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>933.773</b>	<b>24.527</b>	-	-	-	-
<b>Contratos de Termo/NDF:</b>						
Termo/NDF	27.433	605	61.290	78.427	-	139.717
<b>Subtotal</b>	<b>27.433</b>	<b>605</b>	-	-	-	-
<b>Contratos de Opções Flexíveis</b>						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	-	175.689	175.689
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>961.206</b>	<b>25.132</b>	-	-	-	-
<b>Contratos Futuros:</b>						
Compra - Mercado Interfinanceiro	-	-	16.242	28.651	-	44.893
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(79.417)	(233.338)	(3.831.878)	(4.144.633)
Compra IND	-	-	3.071	-	-	3.071
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	9.826	23.487	-	33.313
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	-	(56.963)	-	(56.963)
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(374.793)	-	-	(374.793)

As operações de *swap* e NDF encontram-se registradas na BM&FBOVESPA e na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de

receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	Dezembro/16		Dezembro/15	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
L.F.T	01/03/2019	9.157	9.157	5.279	5.279
L.F.T	01/09/2020	560.109	560.109	144.998	144.998
L.F.T	01/09/2021	5.718	5.718	5.028	5.028
<b>Total</b>		<b>574.984</b>	<b>574.984</b>	<b>155.305</b>	<b>155.305</b>

#### **b.7 Sensibilidade - Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos**

A avaliação de sensibilidade envolve o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais detidas com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. O Comitê de Tesouraria define um conjunto de cenários que contém uma determinada combinação de preços e taxas de juros em ambiente de crise e levada à área de gestão de riscos para simulação.

Na elaboração do quadro de sensibilidade demonstrado abaixo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- (i) Cálculo, em cada um dos cenários, dos valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges* (*Banking Book*);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, opção pela direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicação de aumento ou redução definido;
- (iii) Por fim, obtenção dos resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do CCB Brasil e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

##### *Resumo das premissas para cada um dos cenários*

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 *basis points* significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

**Cenário 01:** Situação provável, que reflete a percepção do CCB Brasil em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 03 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, CETIP).

**Cenário 02:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2016, sendo

consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 03:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31 de dezembro de 2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

<b>Carteira Trading</b>	<b>Curva de Juros (Pré)</b>	<b>Índices de Preços</b>
<b>Cenário 01</b>	deslocamento paralelo de (-) 1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points
<b>Cenário 02</b>	deslocamento paralelo de (-) 2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points
<b>Cenário 03</b>	deslocamento paralelo de (-) 5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira *Trading* refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), e há um substancial deslocamento dos índices de inflação.

Os cenários adotados para a Carteira *Banking* encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre elevação, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem elevação, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

**Carteira Banking - Premissas para fatores de Risco**

<b>Curva de Juros (Pré)</b>	<b>Curva de Cupom Cambial</b>	<b>Dólar à Vista</b>	<b>Bolsa BM&amp;F BOVESPA</b>	<b>Inflação</b>
<b>Cenário 01</b> deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	deslocamento paralelo de (-) 1.000 basis points	baixa de 10%	queda de 10%	alta de 10%
<b>Cenário 02</b> deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	deslocamento paralelo de (-) 2.500 basis points	baixa de 25%	queda de 25%	alta de 25%
<b>Cenário 03</b> deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	deslocamento paralelo de (-) 5.000 basis points	baixa de 50%	queda de 50%	alta de 50%

Os resultados das perdas constam do quadro a seguir e foram calculadas nos cenários definidos por fator de risco, para as carteiras *Trading e Banking*, em 31 de dezembro de 2016:

**Carteira Trading - Resultados para os Fatores de Risco**

<b>Fatores de Risco</b>	<b>Cenário 01</b>	<b>Cenário 02</b>	<b>Cenário 03</b>
Taxa de Juros	(182)	(459)	(932)
Índice de Preços	-	-	-
<b>Total</b>	(182)	(459)	(932)

**Carteira Banking - Resultados para os Fatores de Risco**

<b>Fatores de Risco</b>	<b>Cenário 01</b>	<b>Cenário 02</b>	<b>Cenário 03</b>
Cupom de US\$	(63.212)	(169.699)	(375.148)
Taxa de Juros	(154.338)	(366.474)	(672.572)
Ações e Índices	-	-	-
Inflação	(1.027)	(2.572)	(5.062)
<b>Total</b>	(218.577)	(538.745)	(1.052.782)

São fatores de riscos:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.

- Taxa pré-fixada em Reais - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Reais.
- Ações e Índices - Compreendem as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.

Inflação - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 99%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para o Banco. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. As correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitadas, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira *banking* podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa, por exemplo, que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI. Note-se que o cenário da posição *banking* poderia ter sido projetado para quaisquer sentidos que trouxessem maior perda, como, por exemplo, um aumento da taxa de juros e queda da inflação, o que contraria o senso comum.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições, o que contradiz a determinação do Banco em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento (*hold to maturity*), isso poderá induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

### **b.8 Hedge contábil**

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de Derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como *hedge* contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2016 a estrutura de *hedge* contábil está representada da seguinte forma:

	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
Hedge de captações no exterior	4.268.389	5.340	4.276.926	4.622

(\*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 31 de dezembro de 2015 a estrutura de *hedge* contábil está representada da seguinte forma:

	Instrumento de Hedge		Objeto de Hedge	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
Hedge de captações no exterior	2.357.914	36.257	2.355.297	35.925

(\*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

## 7 Relações interfinanceiras - depósitos no BACEN

	Dezembro/16	Dezembro/15
Compulsório sobre depósito à vista	2.848	23.327
Compulsório sobre depósito de poupança (*)	4.312	5.739
Direcionamento de micro finanças	3.143	4.243
<b>Total</b>	<b><u>10.303</u></b>	<b><u>33.309</u></b>

(\*) O valor da remuneração sobre os créditos vinculados a depósitos no BACEN está divulgado na nota 29g.

## 8 Operações de crédito

### a. Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Dezembro/16	Dezembro/15
Capital de giro e descontos	1.755.769	2.387.596
Contas garantidas	2.879	43.360
Crédito pessoal consignado	2.038.790	895.139
Cheque empresarial	390	1.899
Financiamentos à importação	2.014.646	984.673
Financiamentos à exportação	170.923	226.681
Financiamentos rurais e agroindustriais	107.300	55.146
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.068	2.103
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	11.134	28.589
Resolução nº 3.844 - repasses	-	12.174
<b>Modalidade</b>	<b>Dezembro/16</b>	<b>Dezembro/15</b>
Crédito a pessoas físicas	293.571	305.221
Outros	306.925	317.469
<b>Operações de crédito</b>	<b><u>6.704.395</u></b>	<b><u>5.260.050</u></b>
Fianças honradas	9.782	34.317
Devedores por compra de valores e bens	84.660	144.684
Títulos e créditos a receber	55.095	93.546
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	541.174	648.822
<b>Outros créditos</b>	<b><u>690.711</u></b>	<b><u>921.369</u></b>
Operações de arrendamento mercantil	50.658	116.463
<b>Total</b>	<b><u>7.445.764</u></b>	<b><u>6.297.882</u></b>

(\*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Outras Obrigações - Carteira de câmbio”, acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica “Outros Créditos - Carteira de câmbio”. Para fins de apresentação desta nota, os dois valores estão apresentados como “Outros créditos”.



**b. Diversificação por setor de atividade**

	<b>Dezembro/16</b>	<b>Dezembro/15</b>
<b>Setor Público</b>	<b>33.421</b>	<b>92.864</b>
Federal	-	47.747
Estadual	33.280	43.645
Municipal	141	1.472
<b>Setor Privado</b>	<b>4.984.084</b>	<b>4.923.202</b>
<b>Agronegócio</b>	<b>231.827</b>	<b>246.196</b>
<b>Indústria</b>	<b>2.056.578</b>	<b>2.812.913</b>
- Construção civil - empreiteiras	241.314	410.287
- Usina de açúcar e álcool	225.225	362.561
- Incorporadoras	78.081	331.394
- Produção de farinha, massa, bolos e biscoitos	143.484	76.995
- Abate de animais e indústrias de carne	143.949	104.477
- Indústria química e petroquímica	113.742	77.956
- Produção metalúrgica e mecânica	207.193	101.785
- Produção de eletroeletrônicos	17.104	33.649
- Produção de papel e celulose	75.978	83.173
- Produção de adubos, fertilizantes e inseticidas	119.763	56.804
- Indústria de bebidas em geral	37.247	134.710
- Indústria de materiais para construção	46.281	84.338
- Produção de canos e artefatos de ferro	50.348	90.852
- Produção de veículos, carrocerias e outros	114.171	67.030
- Produção de embalagens plásticas	21.676	44.569
- Produção de fios e tecidos	3.216	45.841
- Produção de calçados e artigos de couro	53.908	87.340
- Indústria de fumo	59.020	65.858
- Extração vegetal e mineral	85.233	364.917
- Serviços de artes gráficas	11.470	8.010
- Indústria de confecções	71.405	54.672
- Produção de móveis	397	5.394
- Outros	136.373	120.301
<b>Comércio</b>	<b>708.426</b>	<b>738.839</b>
	<b>Dezembro/16</b>	<b>Dezembro/15</b>
- Supermercados e atacadistas	319.721	252.508
- Concessionárias e comércio de veículos	24.458	93.074
- Comércio de outros produtos químicos	179.119	47.665
- Comércio de produtos agropecuários	153	2.139
- Comércio de medicamentos	6.061	21.730
- Comércio de eletroeletrônicos	3.962	64.762
- Comércio de roupas e tecidos	13.394	24.497
- Comércio de máquinas e equipamentos	12.572	26.944
- Empresas - <i>trading companies</i>	16.869	35.920
- Comércio de derivados de petróleo	15.175	25.239
- Comércio de móveis e artigos para decoração	4.876	14.995
- Comércio de produtos metalúrgicos	6.156	10.846
- Comércio de materiais para construção	17.923	23.778
- Comércio de livros, revistas e jornais	306	1.007
- Importação e exportação de produtos alimentícios	419	1.972
- Comércio de armarinhos em geral	10.208	422
- Outros	77.054	91.341

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB**  
**Brasil e empresas controladas e assemelhadas**  
*Demonstrações contábeis consolidadas*  
do Conglomerado Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015

<b>Intermediários financeiros</b>	<b>5.157</b>	<b>22.950</b>
<b>Outros serviços</b>	<b>1.982.096</b>	<b>1.102.304</b>
- Serviços médicos e odontológicos	34.546	83.803
- Serviços técnicos e profissionais	69.471	165.254
- Transportes de passageiros e cargas	105.369	226.268
- Empresas - <i>holdings</i> em geral	689.948	97.719
- Serviços de utilidade pública	23.138	51.100
- Serviços de locação em geral	52.572	104.392
- Distribuição de energia	678.943	38.826
- Ensino de 1º, 2º grau e superior	2.879	10.896
- Serviços de comunicação e diversão	10.108	19.311
- Serviços de reparação, manutenção e instalação	22.656	23.785
- Associações desportivas	4.699	12.552
- Associações e sindicatos	10.621	27.490
- Serviços de armazenagem	15.134	18.871
- Serviços de limpeza, conservação e vigilância	10.558	19.858
- Serviços de hospedagem	10.477	368
- Cooperativas de produção	6.571	13.724
- Serviços metalúrgicos	12.552	6.494
- Serviços de telefonia	-	1.546
- Administração de cartões	9.250	16.159
- Outros	212.604	163.888
<b>Pessoas físicas (*)</b>	<b>2.428.259</b>	<b>1.281.816</b>
<b>Total</b>	<b><u>7.445.764</u></b>	<b><u>6.297.882</u></b>

(\*) As operações de crédito pessoal e consignado cedidas (nota 8h1) tiveram como destino a CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos, empresa controlada do CCB Brasil, que concentra as operações às pessoas físicas.

**c. Diversificação por prazos - por parcela**

	Dezembro/16	%	Dezembro/15	%
<b>Setor Público</b>				
Até 03 meses	5.886	0,08	29.494	0,47
De 03 meses até 01 ano	13.108	0,18	40.864	0,65
Acima de 01 ano	14.427	0,19	22.506	0,36
Vencidos a partir de 15 dias	-	-	-	-
<b>Setor Privado</b>				
Até 03 meses	1.593.580	21,40	1.434.568	22,77
De 03 meses até 01 ano	2.045.244	27,47	2.099.156	33,33
Acima de 01 ano	3.599.771	48,35	2.397.552	38,07
Vencidos a partir de 15 dias	173.748	2,33	273.742	4,35
<b>Total</b>	<b><u>7.445.764</u></b>	<b><u>100,00</u></b>	<b><u>6.297.882</u></b>	<b><u>100,00</u></b>

**d. Diversificação por indexador**

Tipo de Operação	Dezembro/16					Total
	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	
Operações de Crédito	2.659.419	1.977.019	18.913	2.590.218	-	7.245.569
Arrendamento Mercantil	11.032	39.626	-	-	-	50.658
Outros	103.735	28.601	-	-	17.201	149.537
<b>Total</b>	<b><u>2.774.186</u></b>	<b><u>2.045.246</u></b>	<b><u>18.913</u></b>	<b><u>2.590.218</u></b>	<b><u>17.201</u></b>	<b><u>7.445.764</u></b>

(\*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

*China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB  
Brasil e empresas controladas e assemelhadas  
Demonstrações contábeis consolidadas  
do Conglomerado Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Tipo de Operação	Dezembro/15					Total
	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	
Operações de Crédito	1.541.748	2.657.249	14.950	1.645.670	49.255	5.908.872
Arrendamento Mercantil	17.598	98.865				116.463
Outros	183.617	33.979			54.951	272.547
<b>Total</b>	<b>1.742.963</b>	<b>2.790.093</b>	<b>14.950</b>	<b>1.645.670</b>	<b>104.206</b>	<b>6.297.882</b>

(\*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

**e. Distribuição geográfica**

	Dezembro/16		Dezembro/15	
	R\$	%	R\$	%
Região norte	5.158	0,07	16.753	0,27
Região nordeste	578.488	7,77	929.498	14,76
Região sudeste	4.061.720	54,55	3.241.445	51,46
Região centro-oeste	269.126	3,61	487.352	7,74
Região sul	571.855	7,68	803.409	12,76
Exterior	1.959.417	26,32	819.425	13,01
<b>Total</b>	<b>7.445.764</b>	<b>100,00</b>	<b>6.297.882</b>	<b>100,00</b>

**f. Níveis de concentração de risco**

	Dezembro/16		Dezembro/15	
	R\$	%	R\$	%
Maior devedor individual	393.382	5,36	195.880	3,15
10 Maiores devedores	1.769.172	24,10	997.040	16,02
20 Maiores devedores	2.365.766	32,22	1.472.618	23,66
50 Maiores devedores	3.215.937	43,80	2.348.272	37,73
100 Maiores devedores	3.907.069	53,22	3.110.344	49,98
Maior devedor grupo econômico	393.382	5,36	195.880	3,15

**g. Distribuição dos prazos por carteira - por parcela**

**g.1 Vencimentos carteira comercial**

	Dezembro/16		Dezembro/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	899.801	31,45	780.580	22,03
De 03 meses a 01 ano	761.317	29,53	1.203.879	33,98
Acima de 01 ano	858.495	33,32	1.299.042	36,67
Vencidos a partir de 15 dias	160.618	5,69	259.065	7,32
<b>Total</b>	<b>2.680.231</b>	<b>100,00</b>	<b>3.542.566</b>	<b>100,00</b>

**g.2 Vencimentos trade finance**

	Dezembro/16		Dezembro/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	511.326	18,75	590.599	31,74
De 03 meses a 01 ano	811.841	29,77	699.717	37,62
Acima de 01 ano	1.403.147	51,46	564.728	30,36
Vencidos a partir de 15 dias	429	0,02	5.133	0,28
<b>Total</b>	<b>2.726.743</b>	<b>100,00</b>	<b>1.860.177</b>	<b>100,00</b>

**g.3 Vencimentos crédito pessoal consignado**

	Dezembro/16		Dezembro/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	188.339	9,24	92.883	10,38
De 03 meses a 01 ano	485.194	23,80	236.424	26,41
Acima de 01 ano	1.352.556	66,34	556.288	62,14
Vencidos a partir de 15 dias	12.701	0,62	9.544	1,07
<b>Total</b>	<b>2.038.790</b>	<b>100,00</b>	<b>895.139</b>	<b>100,00</b>

**h. Cessão de crédito**

**h.1 Cessão de crédito interbancário**

No período findo em 31 de dezembro o CCB Brasil realizou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios” pelo valor presente de R\$ 558.913 (Dezembro/15 - R\$ 263.575), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão é de R\$ 602.153 (Dezembro/15 - R\$ 287.303). O resultado no montante de R\$ 43.240 (Dezembro/15 - R\$ 23.728), será reconhecido na cedente “pro rata temporis” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**h.2 Cessão de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios**

No período findo em 31 de dezembro de 2016 não houve operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro” para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I, II e Aberto. Em Dezembro/15 foi cedido o montante de R\$ 14.081. Não houve resultado nas referidas cessões. Conforme estabelecido na Resolução nº 3.533/08 do CMN, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de riscos e benefícios”. As operações de crédito cedidas estão sujeitas à aplicação da Resolução nº 2.682/99 do CMN, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

***h.3 Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada***

No período findo em 31 de dezembro de 2016, houve cessão de operações de créditos com transferência substancial dos riscos e benefícios para pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional no montante de R\$ 37 (Dezembro/15 - R\$ 3.655). No período findo em 31 de dezembro de 2016 não houve resultado (Dezembro/15 - R\$ 1.715).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve cessão de operações de créditos anteriormente baixadas para prejuízo (Dezembro/15 - R\$ 9.000).

***h.4 Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)***

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito de capital de giro e outros ativos, classificadas como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, as quais estavam provisionadas, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 25.234 (2015 - R\$ -).

Também foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 325.644 (2015- R\$ -). As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

Demonstrativo do resultado da cessão:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>Dezembro /16</b>	<b>Dezembro /15</b>
<b>Resultado da cessão de crédito para securitizadoras (empresas não ligadas)</b>		
Reversão da provisão por cessões de crédito de operações baixadas para prejuízo (nota 9.a)	1.221.720	-
Prejuízos em venda ou transferência de ativo financeiro - cessões para securitizadora de crédito (nota 30.g)	(870.842)	-
<b>Total</b>	<b>350.878</b>	-

***i. Operações de arrendamento mercantil***

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	<b>Dezembro /16</b>	<b>Dezembro /15</b>
Arrendamento a receber	41.467	102.053
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(41.093)	(100.416)
Bens arrendados	213.620	379.267
Superveniência de depreciação	13.796	35.067
Depreciação de bens arrendados	(129.497)	(210.666)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	5.119	4.874
Valor residual antecipado	(52.754)	(93.716)
<b>Total carteira de arrendamento mercantil</b>	<b>50.658</b>	<b>116.463</b>

## 9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

### a. Movimentação da provisão

	<b>Dezembro/16</b>	<b>Dezembro/15</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>889.095</b>	<b>1.184.920</b>
Reconstituição da provisão para créditos incluídos na cessão de créditos baixados para prejuízo	1.155.170	-
Provisão créditos cedidos não baixados para prejuízo (*)	66.550	-
Constituição do exercício (*)	584.279	1.101.165
Reversão do exercício (*)	(99.222)	(123.250)
Reversão da provisão por cessão de crédito (nota 8.h4) (*)	(1.221.720)	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.374.152</b>	<b>2.162.835</b>
Baixas	(869.801)	(1.273.740)
<b>Saldo final</b>	<b>504.351</b>	<b>889.095</b>
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	110.172	106.710
Créditos renegociados no período	158.867	356.504
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	6,77	14,12

Em 31 de dezembro de 2016 foi incluída a reconstituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa, retornando ao ativo do Banco aquele montante em contrapartida da carteira de crédito, a fim de reconhecer os efeitos decorrentes de cessão de crédito para securitizadora de crédito, conforme notas 8h4 e 30g.

(\*) Considerando os itens com impacto em resultado do período temos R\$ R\$ 670.113.

### b. Composição da provisão por tipo de operação

	<b>Dezembro/16</b>	<b>Dezembro/15</b>
Capital de giro e descontos	172.821	490.208
Contas garantidas	1.200	15.411
Crédito pessoal consignado	31.362	22.492
Cheque empresarial	108	1.364
Financiamentos à importação	82.678	52.739
Financiamentos à exportação	6.442	25.580
Financiamentos rurais e agroindustriais	738	241
Financiamentos imobiliários e habitacionais	19	11
Financiamento de máquinas e veículos pesados	2.931	6.009
Crédito a pessoas físicas	25.616	25.622
Outros	141.346	107.642
<b>Operações de crédito</b>	<b>465.261</b>	<b>747.320</b>
Fiança honrada	6.651	26.531
Devedores por compra de valores e bens	5.639	44.441
Títulos e créditos a receber	2.712	38.319
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	18.300	20.423
<b>Outros créditos</b>	<b>33.302</b>	<b>129.714</b>
Operações de arrendamento mercantil	5.788	12.062
<b>Total</b>	<b>504.351</b>	<b>889.095</b>

**c. Composição da provisão por níveis de risco**

Nível de risco	Dezembro/16			Dezembro/15		
	Base de cálculo	Provisão	%	Base de cálculo	Provisão	%
AA	1.205.560	-	16,19	907.486	-	14,41
A	3.553.062	17.765	47,72	2.200.196	11.061	34,94
B	778.418	7.784	10,45	844.620	8.446	13,41
C	715.101	21.453	9,61	752.240	22.567	11,94
D	362.910	36.291	4,87	511.073	51.107	8,11
E	347.606	104.282	4,67	260.044	78.013	4,13
F	305.983	152.991	4,11	189.200	94.600	3,01
G	44.463	31.124	0,60	32.409	22.686	0,51
H	132.661	132.661	1,78	600.614	600.615	9,54
<b>Total</b>	<b>7.445.764</b>	<b>504.351</b>	<b>100,00</b>	<b>6.297.882</b>	<b>889.095</b>	<b>100,00</b>

**10 Carteira de câmbio**

	Dezembro/16	Dezembro/15
<b>Ativo</b>		
Câmbio comprado a liquidar	520.107	809.133
Direitos sobre vendas de câmbio	12.464	2.326
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(50)	(734)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	9.339	18.666
<b>Total</b>	<b>541.860</b>	<b>829.391</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio vendido a liquidar	10.970	21.210
Importação financiada - câmbio contratado	(50)	(734)
Obrigações por compras de câmbio	544.156	630.157
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(531.834)	(630.157)
<b>Total</b>	<b>23.242</b>	<b>20.476</b>

**11 Outros créditos - Diversos**

	Dezembro/16	Dezembro/15
Adiantamentos e antecipações salariais	10.925	1.764
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	682	1.728
Direitos específicos de controladas não sujeitas ao Bacen	5.742	4.842
Devedores por compra de bens a prazo	84.661	144.684
Devedores por depósitos em garantia	419.764	373.282
Tributos a compensar e recuperar (*)	80.358	69.717
Pagamentos a ressarcir	17.459	10.597
Títulos e créditos a receber (**)	109.788	102.554
Devedores diversos - país	31.808	80.829
<b>Total</b>	<b>761.187</b>	<b>789.997</b>

(\*) Contempla: R\$ 38.222 (Dezembro/15 - R\$ 38.222) de IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, R\$ 242 (Dezembro/15 - R\$ 296) de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos. A compensação do IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, conforme evidenciado no estudo técnico.

(\*\*) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

## 12 Outros valores e bens

a. **Bens não de uso** - São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Dezembro/16	Dezembro/15
Imóveis	320.418	288.464
Veículos e afins	15.389	16.448
Máquinas e equipamentos	26.827	26.461
Material em estoque	231	-
Outros	708	188
<b>Subtotal</b>	<b>363.573</b>	<b>331.561</b>
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(95.500)	(77.828)
<b>Total</b>	<b>268.073</b>	<b>253.733</b>

b. Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de carteira de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de portabilidade ou baixa para perda.

Os valores apropriados na demonstração do resultado do período na rubrica de “Outras despesas operacionais - Comissões de crédito consignado” (nota 29h) foram de R\$ 104.669 (Dezembro/15 - R\$ 65.760).

## 13 Ativo Permanente

a. **Investimento**

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto na Nota Explicativa 15.

b. **Imobilizado de uso**

	Taxas Depreciação	Custo		Provisão para perda		Depreciação acumulada		Valor líquido	
		Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15	Dez/16	Dez/15
Terrenos	-	3.913	3.913	-	-	-	-	3.913	3.913
Edificações	4	192.122	162.900	-	-	(103.181)	(63.785)	88.941	99.115
Instalações	10	5.176	1.922	-	-	(1.725)	(1.487)	3.451	435
Máquinas e equipamentos de uso	10	17.255	17.043	(769)	(984)	(9.607)	(8.510)	6.879	7.549
Sistema de processamento de dados	20	12.679	12.762	(67)	(82)	(12.127)	(12.022)	485	658
Sistema de transporte	20	1.256	1.256	-	-	(819)	(595)	437	661
Sistema de comunicação	10	2.298	2.208	-	-	(1.116)	(908)	1.182	1.300
Sistema de segurança	10	1.477	1.516	(38)	(51)	(795)	(693)	644	772
<b>Total</b>		<b>236.176</b>	<b>203.520</b>	<b>(874)</b>	<b>(1.117)</b>	<b>(129.370)</b>	<b>(88.000)</b>	<b>105.932</b>	<b>114.403</b>



## c. Ativos intangíveis

**c.1 Classe dos ativos intangíveis** - Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Taxas de amortização %	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
		Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
Softwares (*)	20	14.472	10.724	(11.177)	(8.079)	3.295	2.645
Ágio (**)	10	105.190	105.190	(8.313)	(45.600)	96.877	59.590
<b>Total</b>		<b>119.662</b>	<b>115.914</b>	<b>(19.490)</b>	<b>(53.679)</b>	<b>100.172</b>	<b>62.235</b>

### c.1 Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Dezembro/15	Adições	Baixas	Reversão	Dezembro/16
Softwares (*)	2.645	3.748	(3.098)	-	3.295
Ágio (**)	59.590	-	-	37.287	96.877
<b>Total</b>	<b>62.235</b>	<b>3.748</b>	<b>(3.098)</b>	<b>37.287</b>	<b>100.172</b>

(\*) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

(\*\*) Ágio apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.190. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

## 14 Dependência no exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 228.514 (Dezembro/15 - R\$ 292.245) e ativos totais de R\$ 3.539.120 (Dezembro/15 - R\$ 2.202.030). Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço, divulgado pelo BACEN.

## 15 Participações em controladas e coligadas no país - CCB Brasil MÚLTIPLO

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	%participação	Dezembro/16			Dezembro/15	
			Patrimônio líquido	Lucro/(prejuízo) líquido	Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos	Valor contábil investimentos
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	180.920.168	100%	248.470	19.993	19.993	248.470	228.475
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	14.223.228	100%	19.836	1.668	1.668	19.836	18.168
CCB Brasil Informática S/A	50.000	100%	681	35	35	681	647
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda	3.670.000	100%	13.549	2.456	2.456	13.549	11.093
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	116.405.774	100%	93.483	(37.287)	(37.287)	190.360	190.369
BrasilFactors	62.931	50%	4.155	(4.695)	(2.574)	1.850	4.425
<b>Total</b>					<b>(15.709)</b>	<b>474.746</b>	<b>453.177</b>

(\*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 96.877 (Dezembro/15 - R\$ 59.590), apurado na aquisição da CCB Brasil Financeira.

## 16 Transações com partes relacionadas

### a. Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>2.211.024</b>	<b>1.137.969</b>	<b>235.361</b>	<b>130.357</b>
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	2.211.024	1.137.969	235.361	111.741
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	-	-	-	18.616
<b>Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC</b>	<b>43.872</b>	<b>71.024</b>	<b>15.305</b>	<b>14.387</b>
BRASILFactors (a)	43.872	71.024	15.305	14.387
<b>Operações de Cessão de Crédito</b>	<b>558.913</b>	<b>277.656</b>	<b>162.924</b>	<b>75.550</b>
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	558.913	263.575	162.924	75.550
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's (nota 8.h2.)	-	14.081	-	-
<b>Depósitos à vista</b>	<b>(5.011)</b>	<b>(3.639)</b>	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	(18)	(22)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(346)	(488)	-	-
CCB Brasil Informática S/A (a)	(1)	(2)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(306)	(882)	-	-
BRASILFactors (a)	(1)	(1)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(2.364)	(1.454)	-	-
CCB Brasil Financial Holding Ltda. (e)	(769)	-	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(1.206)	(790)	-	-
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>(180.685)</b>	-	<b>(12.193)</b>	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	(20.761)	-	(2.347)	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(159.924)	-	(9.846)	-
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>(130.986)</b>	<b>(135.062)</b>	<b>(18.965)</b>	<b>(20.537)</b>
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	-	(19.416)	(65)	(2.470)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	-	(9.253)	(166)	(9.340)
CCB Brasil Informática S/A (a)	(683)	(657)	(90)	(83)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(16.232)	(40.996)	(3.660)	(2.941)
BRASILFactors (a)	(2.316)	(10.516)	(815)	(832)
FIDC BRASILFactors (b)	(62.727)	(1.663)	(4.189)	(2.408)
CCB Brasil Financial Holding Ltda. (e)	(47.704)	(52.457)	(9.936)	(2.410)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (a)	(940)	-	(19)	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(384)	(104)	(25)	(53)
<b>Operações compromissadas</b>	<b>(54.897)</b>	<b>(180.029)</b>	<b>(14.589)</b>	<b>(20.829)</b>
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(54.897)	(127.987)	(12.769)	(18.527)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	(52.042)	(1.820)	(2.302)
<b>LCA</b>	<b>(1.718)</b>	<b>(2.517)</b>	<b>(211)</b>	<b>(131)</b>
Pessoal-chave da Administração (c)	(1.718)	(2.517)	(211)	(131)
<b>LCI</b>	<b>(802)</b>	<b>(25.944)</b>	<b>(296)</b>	<b>(267)</b>
Pessoal-chave da Administração (c)	(802)	(25.944)	(296)	(267)
<b>Swap</b>	-	-	-	<b>(4.178)</b>
BRASILFactors (a)	-	-	-	(4.178)
<b>NDF</b>	<b>(753)</b>	<b>(1.650)</b>	<b>(9.760)</b>	<b>(3.908)</b>
BRASILFactors (a)	(753)	(1.650)	(9.760)	(3.908)

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB**  
**Brasil e empresas controladas e assemelhadas**  
*Demonstrações contábeis consolidadas*  
do Conglomerado Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Dezembro/16	Dezembro/15	Dezembro/16	Dezembro/15
<b>Obrigações por Empréstimos</b>	<b>(7.285.717)</b>	<b>(3.570.104)</b>	<b>(421.011)</b>	<b>(383.999)</b>
China Construction Bank Corporation (d)	(7.285.717)	(3.570.104)	(421.011)	(383.999)
<b>Instrumentos de dívida elegíveis a capital</b>	<b>(559.926)</b>	<b>(397.526)</b>	<b>(16.544)</b>	<b>(7.410)</b>
China Construction Bank Corporation (d)	(559.926)	(397.526)	(16.544)	(7.410)
<b>Prestação de serviços</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>	<b>-</b>
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(1)	-	(12)	-

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta
- (b) Controladas e Coligadas - indireta
- (c) Pessoal Chave da Administração
- (d) Controladora indireta sediada no exterior (nota 1)
- (e) Controladora direta

**a.1 Dos vencimentos e taxas das operações**

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Dezembro/15 - 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 14,85% a.a. (Dezembro/15 - 14,09% a.a.); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 13,65% a.a. (Dezembro/15 - 14,15% a.a.) e possuem vencimento em 01 de janeiro de 2017, com lastro superior a 03 anos (Dezembro/15 - superior a 02 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96,00% do CDI (Dezembro/15 - 97%) e possuem vencimento final em até 03 anos (Dezembro/15 - até 03 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96,00% do CDI (Dezembro/15 - 96%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Dezembro/15 - em até 03 anos). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101,00% do CDI (Dezembro/15 - 104% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 05 anos (Dezembro/15 - em até 05 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,60% a.a. (Dezembro/15 - 1,15%) e variação cambial com vencimento final em até 01 ano (Dezembro/15 - em até 01 ano). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8h.

**b. Remuneração do pessoal-chave da Administração - CCB Brasil Consolidado**

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em espécie; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e

Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição.

Durante os exercícios de 2014, 2015 e 2016 o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de resultados contábeis negativos.

**b.1 Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria**

	Dezembro/16	Dezembro/15
Remuneração fixa	5.649	12.935
Outros	1.029	833
<b>Total</b>	<b>6.678</b>	<b>13.768</b>

**b.2 Benefícios pós-emprego**

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

**b.3 Benefícios de longo prazo**

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

**b.4 Outras informações**

Conforme legislação em vigor, o CCB Brasil não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelo CCB Brasil empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

## 17 Depósitos

### a. Composição por tipo de cliente

	Dezembro/16						
	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total	
Pessoas jurídicas	63.055	1.585.005	-	1.999	5.390	1.655.449	
Pessoas físicas	16.579	159.733	-	8.850	-	185.162	
Instituições financeiras	551	10.129	199.564	-	-	210.244	
Investidores institucionais	-	189.244	-	-	-	189.244	
<b>Total</b>	<b>80.185</b>	<b>1.944.111</b>	<b>199.564</b>	<b>10.849</b>	<b>5.390</b>	<b>2.240.099</b>	

(\*) Do montante de R\$ 2.007.531 de depósito a prazo, R\$ 32.482 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

**China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB**  
**Brasil e empresas controladas e assemelhadas**  
*Demonstrações contábeis consolidadas*  
do Conglomerado Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015

Dezembro/15						
Cliente	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Pessoas jurídicas	92.736	1.762.993	-	1.946	2.372	1.860.047
Pessoas físicas	17.517	165.194	-	10.787	-	193.498
Investidores institucionais	-	818.796	-	-	-	818.796
Instituições financeiras	3.852	35.088	810.814	-	-	849.754
<b>Total</b>	<b>114.105</b>	<b>2.782.071</b>	<b>810.814</b>	<b>12.733</b>	<b>2.372</b>	<b>3.722.095</b>

(\*) Do montante de R\$ 5.134.840 de depósito a prazo, R\$ 2.473.640 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

## b. Distribuição por prazos de vencimento

Dezembro/16						
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	80.185	-	-	10.849	-	91.034
Até 03 meses	-	498.458	34.554	-	5.390	538.402
De 03 meses a 01 ano	-	939.500	59.986	-	-	999.486
De 01 a 03 anos	-	468.985	335	-	-	469.320
De 03 a 05 anos	-	37.168	104.689	-	-	141.857
<b>Total</b>	<b>80.185</b>	<b>1.944.111</b>	<b>199.564</b>	<b>10.849</b>	<b>5.390</b>	<b>2.240.099</b>

(\*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 306.920, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

Dezembro/15						
Vencimento	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Dep. em moedas estrangeiras	Total
Sem vencimento	114.105	-	-	12.733	-	126.838
Até 03 meses	-	986.000	38.686	-	2.372	1.027.058
De 03 meses a 01 ano	-	1.131.736	106.516	-	-	1.238.252
De 01 a 03 anos	-	630.822	41.471	-	-	672.293
De 03 a 05 anos	-	33.513	461.083	-	-	494.596
De 05 a 15 anos	-	-	163.058	-	-	163.058
<b>Total</b>	<b>114.105</b>	<b>2.782.071</b>	<b>810.814</b>	<b>12.733</b>	<b>2.372</b>	<b>3.722.095</b>

(\*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 301.442, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

## c. Número de depositantes/investidores

Depositantes/investidores	Dezembro/16	Dezembro/15
Depósitos à vista (contas ativas)	2.934	4.008
Depósitos de poupança	657	761
Depósitos a prazo	617	951
Depósitos em moedas estrangeiras	1	1

## d. Concentração dos principais depositantes - depósitos a prazo

Depositantes	Dezembro/16		Dezembro/15	
	R\$	%	R\$	%
Maior depositante	261.393	13,02	201.068	7,20
10 Maiores depositantes	849.809	42,33	656.324	23,49
20 Maiores depositantes	1.145.219	57,05	883.941	31,64
50 Maiores depositantes	1.496.006	74,52	1.384.630	49,56
100 Maiores depositantes	1.726.588	86,01	1.936.045	69,30

## 18 Captações no mercado aberto e RECURSOS DE LETRAS Emitidas

### a. Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 01 de agosto de 2016 e lastreados por LFT com vencimento em setembro de 2020.

### b. Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

#### b.1 Composição por tipo de cliente

Cliente	Dezembro/16			Dezembro/15		
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Pessoas jurídicas	-	-	31.729	-	-	24.864
Pessoas físicas	154.960	154.168	-	197.305	196.829	-
Investidores institucionais	-	-	1.230	-	7.797	1.072
Instituições financeiras	2.183	35.316	-	1.449	-	57.202
<b>Total</b>	<b>157.143</b>	<b>189.484</b>	<b>32.959</b>	<b>198.754</b>	<b>204.626</b>	<b>83.138</b>

#### b.2 Distribuição por prazos de vencimento

Cliente	Dezembro/16			Dezembro/15		
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 03 meses	30.498	60.680	1.933	61.072	87.479	1.516
De 03 meses a 01 ano	90.563	102.099	5.855	80.838	105.183	74.826
De 01 a 03 anos	36.082	26.705	25.171	56.844	11.964	6.796
<b>Total</b>	<b>157.143</b>	<b>189.484</b>	<b>32.959</b>	<b>198.754</b>	<b>204.626</b>	<b>83.138</b>

## 19 Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 7,4% a.a. (Dezembro/15 - 1,82% a.a.), cujos vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Dezembro/16		Dezembro/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	-	-	4.591	5,28
De 03 meses a 01 ano	-	-	27.309	31,40
De 01 a 03 anos	55.066	100,00	55.066	63,32
<b>Total</b>	<b>55.066</b>	<b>100,00</b>	<b>86.966</b>	<b>100,00</b>

## 20 Empréstimos e Repasses do exterior

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pela controladora no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais

incidem encargos fixos à taxa média de 1,64% a.a. (Dezembro/15 - 1,34% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Dezembro/16		Dezembro/15	
	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	1.219.339	16,13	243.429	5,59
De 03 meses a 01 ano	6.267.662	82,89	3.971.040	91,18
De 01 a 03 anos	37.240	0,49	73.959	1,70
De 03 a 05 anos	37.240	0,49	44.619	1,02
Acima de 05 anos	-	-	22.311	0,51
<b>Total</b>	<b>7.561.481</b>	<b>100,00</b>	<b>4.355.358</b>	<b>100,00</b>

As operações de empréstimos e repasses do exterior e dívida subordinada (nota 25), que contêm cláusulas restritivas (“*covenants*”) foram classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de alguns indicadores, entretanto, a nota acima mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do “*waiver*” obtido em datas anteriores.

## 21 Obrigações por repasses do país

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até maio de 2017 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

## 22 Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	Dezembro/16	Dezembro/15
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	20.456	22.240
Provisão para Impostos e contribuições sobre lucro	1.701	1.760
Impostos e contribuições a recolher	20.876	13.454
Provisão para imposto de renda diferido	68.510	39.691
Provisão para passivos de natureza tributária (*)	728.850	673.435
<b>Total</b>	<b>840.393</b>	<b>750.580</b>

(\*) Referem-se a “obrigações legais e passivos contingentes” (nota 23).

## 23 Contingências e obrigações legais

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

### a. Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

### b. Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

**c. Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável**

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

- c.1 CSLL x Isonomia** - valor envolvido R\$ 140.644 (Dezembro/15 - R\$ 129.310): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- c.2 COFINS x Lei nº 9.718/98** - valor envolvido R\$ 476.029 (Dezembro/15 - R\$ 438.119): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 24.317 (Dezembro/15 - R\$ 22.405).
- c.3 PIS x Lei nº 9.718/98** - valor envolvido R\$ 77.302 (Dezembro/15 - R\$ 71.145): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 82.905 (Dezembro/15 - R\$ 73.160).
- c.4 PIS - Emenda Constitucional nº 10/96** - valor envolvido R\$ 12.511 (Dezembro/15 - R\$ 12.109): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 16.471 (Dezembro/15 - R\$ 15.013).
- c.5 ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87** - valor envolvido R\$ 1.679 (Dezembro/15 - R\$ 1.549): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**d. Passivos contingentes classificados como perda possível**

**d.1 Processos fiscais e previdenciários**

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

- **IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior** - valor envolvido R\$ 12.622 (Dezembro/15 - R\$ 11.901): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na



fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

- **ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87** - valor envolvido R\$ 19.182 (Dezembro/15 - R\$ 17.696): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **PDD / 1994** - valor envolvido R\$ 23.216 (Dezembro/15 - R\$ 21.352): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **INSS - Participação nos Lucros dos Administradores** - valor envolvido R\$ 73.562 (Dezembro/15 - R\$ 69.803): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9º, da Lei nº 8.212/91.

#### **e. Passivos contingentes - Trabalhistas e Cíveis**

##### ***e.1 Processos trabalhistas***

O CCB Brasil possui 157 (Dezembro/15 - 109) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 40.921 (Dezembro/15 - R\$ 29.060). Existem 105 (Dezembro/15 - 128) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 7.757 (Dezembro/15 - R\$ 10.725), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 5.633 (Dezembro/15 - R\$ 6.630). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

##### ***e.2 Processos cíveis***

O CCB Brasil possui 3.196 (Dezembro/15 - 2.749) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 70.578 (Dezembro/15 - R\$ 86.863). O CCB Brasil possui 509 (Dezembro/15 - 569) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 724.764 (Dezembro/15 - R\$ 712.902), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 348.312 (Dezembro/15 - R\$ 337.453). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato

e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

**f. Movimentação das provisões para “obrigações legais” e “passivos contingentes”, classificados como perda provável**

Descrição	Dezembro/15	Adição	Reversão	Utilização	Dezembro/16
Cíveis	86.863	17.419	(30.120)	(3.584)	70.578
Trabalhistas	29.060	14.029	(558)	(1.610)	40.921
<b>Subtotal</b>	<b>115.923</b>	<b>31.448</b>	<b>(30.678)</b>	<b>(5.194)</b>	<b>111.499</b>
Fiscais e previdenciárias	Dezembro/15	Adição	Reversão	Atualização	Dezembro/16
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	129.310	-	-	11.334	140.644
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.108	-	-	403	12.511
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	71.838	-	(107)	6.218	77.949
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	458.471	-	(853)	38.202	495.820
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.549	-	-	130	1.679
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	159	-	-	88	247
<b>Subtotal</b>	<b>673.435</b>	<b>-</b>	<b>(960)</b>	<b>56.375</b>	<b>728.850</b>
<b>Total</b>	<b>789.358</b>	<b>31.448</b>	<b>(31.638)</b>	<b>51.179</b>	<b>840.347</b>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 73.665 (Dezembro/15 - R\$ 64.086) - processos Cíveis, R\$ 22.393 (Dezembro/15 - R\$ 17.289) - processos Trabalhistas e R\$ 323.635 (Dezembro/15 - R\$ 291.792) - processos Fiscais.

## 24 Outras obrigações - diversas

	Dezembro/16	Dezembro/15
Cheques administrativos	589	315
Credores por antecipação de valores residuais	52.754	93.716
Obrigações por aquisição de bens e direitos		289
Provisão para pagamentos a efetuar	86.336	22.660
Provisão para passivos contingentes (a)	111.499	115.923
Credores diversos - país (b)	146.599	121.452
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	16.303	28.976
<b>Total</b>	<b>414.080</b>	<b>383.331</b>

(a) Refere-se à provisão para processos trabalhistas e cíveis (nota 23e).

(b) Acrescido o saldo de provisão para fiança no montante de R\$ 104.815 (Dezembro/15 - R\$ 103.066), conforme nota 32.

## 25 Captações e empréstimos no exterior

### a. Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Dezembro/16	Dezembro/15
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	417.728	366.300
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	841.467	1.018.945
LOAN Subordinado (*)	US\$ 32.000	30/07/2010	15/10/2017	52.093	7,31%	105.860	126.887
<b>Total - Nível II PR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.365.055</b>	<b>1.512.132</b>

**b. Instrumento de dívida elegível a capital**

Em 30 de novembro de 2015 foi aprovada pelo BACEN a captação da Dívida Subordinada no montante de R\$ 397.299 (US\$ 100 milhões) como elegível ao Nível II do PR a partir de 30 de setembro de 2015.

Em 30 de dezembro de 2016 foi emitido Perpetual Bond no montante de R\$ 228.025 (US\$ 70 milhões) elegível ao Nível II do PR. O processo de autorização encontra-se pendente de homologação junto ao BACEN.

Múltiplo e consolidado							
Captção	Valor US\$	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Tx Juros (a.a.)	Dezembro/16	Dezembro/15
EMTN - ITB Nível II	100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	331.780	397.526
EMTN - ITB Nível I	70.000	30/12/2016	28/12/2021	228.025	8,00%	228.146	-
<b>Total PR</b>	-	-	-	-	-	<b>559.926</b>	<b>397.526</b>

**26 Resultado de exercícios futuros**

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

**27 Patrimônio Líquido**

**a. Ações**

O capital social do Banco é de R\$ 1.554.886 (Dezembro/15 - R\$ 2.012.810) e está dividido em 337.014.373 ações nominativas (Dezembro/15 - 252.903.569), sendo 213.488.507 ordinárias (Dezembro/2015 - 160.206.833) e 123.525.866 preferenciais (Dezembro/15 - 92.696.736), sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução do capital social para R\$ 794.860 mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.217.950. Na mesma data, aprovou também o aumento do capital social de R\$ 794.860 mil para R\$ 1.554.860, com emissão de 84.110.804 novas ações, ao preço de R\$ 9,0354 por ação, sendo 53.281.674 ordinárias e 30.829.130 preferenciais, perfazendo um aumento no montante de R\$ 760.000 mil, o qual foi integralizado exclusivamente pelo acionista controlador, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. Em 30 de junho de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 02 de setembro de 2016 o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento de capital mediante a emissão de 2.632.449 ações, todas ordinárias, ao preço de R\$ 9,49 por ação que perfaz o montante de R\$ 24.982, sendo R\$ 26 destinado a aumento de capital e R\$ 24.956 a reservas de capital. Do total, foi subscrito e integralizado a quantidade de 2.613.527 ações no montante de R\$ 24.803. As sobras de ações no total de 18.922 e valor de R\$ 179, foi subscrita e integralizada em 10 de outubro de 2016 pelo acionista controlador, após o não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 04 de novembro de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 28 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital social de R\$ 1.554.886 mil para R\$ 1.699.886 mil dentro do limite do capital social autorizado, com a emissão de 14.676.113 de novas ações ao preço de R\$ 9,88 por ação, sendo 9.338.570

ordinárias e 5.337.543 preferenciais, perfazendo um aumento de R\$ 145.000 mil, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. A controladora subscreveu e integralizou na data de 28 de dezembro de 2016 o valor correspondente a sua participação proporcional no capital do Banco, correspondente ao montante de R\$ 141.262. Em 01 de fevereiro de 2017 o Conselho de administração aprovou o referido aumento de capital, após a comprovação de que a Controladora subscreveu as sobras de ações, dos acionistas minoritários que não exerceram seu direito de preferência, no montante de R\$ 3.738. Em 31 de dezembro de 2016, o aumento de capital encontra-se em processo de homologação junto ao BACEN.

**b. Ações em tesouraria**

A Administração do CCB Brasil, com base em deliberações provenientes de reuniões do Conselho de Administração, efetuou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

- (1) As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
- (2) No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.

No primeiro semestre de 2013, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2012 (173.834 ações),

No primeiro semestre de 2014, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações). (Ver nota explicativa 16b).

Até 31 de dezembro de 2016 não houve movimentação das ações em Tesouraria - R\$ 55.105 mil (2015 - R\$ 55.105 mil), número de ações correspondente 6.398.518.

**c. Dividendos e Juros sobre capital próprio**

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de juros sobre capital próprio no período.

**d. Reservas - a apuração de prejuízos contábeis fundamentou a não constituição de reservas.**

**28 Imposto de renda e contribuição social**

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 31 de dezembro de 2016, com base nas premissas do Estudo Técnico para

*China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB  
Brasil e empresas controladas e assemelhadas  
Demonstrações contábeis consolidadas  
do Conglomerado Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

**a. Créditos tributários**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Descrição	Dezembro/15	Realizações	Adições	Ajustes	Transf.	Dezembro/16
				15% - 20%	Crédito Presumido	
<b>Imposto de Renda</b>						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	536.279	(567.924)	378.615	-	(216.964)	130.006
Provisão para desvalorização de bens não de uso	17.739	(1.212)	4.120	-	-	20.647
Provisão para contingências e outras	225.672	(72.246)	144.575	-	-	298.001
<b>Subtotal</b>	<b>779.690</b>	<b>(641.382)</b>	<b>527.310</b>	<b>-</b>	<b>(216.964)</b>	<b>448.654</b>
<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>174.857</b>	<b>(2.209)</b>	<b>242.323</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>414.971</b>
<b>Subtotal - Crédito Tributário IRPJ</b>	<b>954.547</b>	<b>(643.591)</b>	<b>769.633</b>	<b>-</b>	<b>(216.964)</b>	<b>863.625</b>
<b>Contribuição Social</b>						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	429.018	(454.338)	302.892	-	(163.698)	113.874
Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.216	(969)	4.195	(1.957)	-	13.485
Provisão para contingências e outras	142.835	(67.586)	152.715	(52.462)	-	175.502
<b>Subtotal</b>	<b>584.069</b>	<b>(522.893)</b>	<b>459.802</b>	<b>(54.419)</b>	<b>(163.698)</b>	<b>302.861</b>
<b>Base negativa da CSLL acumulada</b>	<b>155.904</b>	<b>(2.179)</b>	<b>214.040</b>	<b>(86.273)</b>	<b>-</b>	<b>281.492</b>
<b>Subtotal - Crédito Tributário CSLL</b>	<b>739.973</b>	<b>(525.072)</b>	<b>673.842</b>	<b>(140.692)</b>	<b>(163.698)</b>	<b>584.353</b>
<b>Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL</b>	<b>1.694.520</b>	<b>(1.168.663)</b>	<b>1.443.475</b>	<b>(140.692)</b>	<b>(380.662)</b>	<b>1.447.978</b>
					Adições 15% - 20%	
		Dezembro/14	Realizações	Adições		Dezembro/15
<b>Imposto de Renda</b>						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		361.037	(85.616)	260.858	-	536.279
Provisão para desvalorização de bens não de uso		19.046	(3.522)	2.215	-	17.739
Provisão para contingências e outras		168.852	(14.732)	71.552	-	225.672
<b>Subtotal</b>		<b>548.935</b>	<b>(103.870)</b>	<b>334.625</b>	<b>-</b>	<b>779.690</b>
<b>Prejuízo fiscal</b>		<b>111.274</b>	<b>(1.642)</b>	<b>65.225</b>	<b>-</b>	<b>174.857</b>
<b>Subtotal - Crédito Tributário IRPJ</b>		<b>660.209</b>	<b>(105.512)</b>	<b>399.850</b>	<b>-</b>	<b>954.547</b>
<b>Contribuição Social</b>						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		216.623	(52.598)	160.248	104.745	429.018
Provisão para desvalorização de bens não de uso		11.427	(2.114)	1.549	1.354	12.216
Provisão para contingências e outras		101.314	(47.215)	43.621	45.115	142.835
<b>Subtotal</b>		<b>329.364</b>	<b>(101.927)</b>	<b>205.418</b>	<b>151.214</b>	<b>584.069</b>
<b>Base negativa da CSLL acumulada</b>		<b>96.662</b>	<b>(23.042)</b>	<b>41.699</b>	<b>40.585</b>	<b>155.904</b>
<b>Subtotal - Crédito Tributário CSLL</b>		<b>426.026</b>	<b>(124.969)</b>	<b>247.117</b>	<b>191.799</b>	<b>739.973</b>
<b>Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL</b>		<b>1.086.235</b>	<b>(230.481)</b>	<b>646.967</b>	<b>191.799</b>	<b>1.694.520</b>

Os valores dos Créditos Tributários sofreram ajustes que se referem ao montante de R\$ 352 referente à variação do percentual na Brasil Factors de 40% para 50%, não transitado por resultado.

**Realização dos créditos tributários** - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 15,7% até dezembro de 2017, 12,6% até dezembro de 2018, 2,4% até dezembro de 2019, 3,1% até dezembro de 2020, 19,6% até dezembro de 2021, 8,4% até dezembro de 2022, 10,0% até dezembro de 2023, 12,3% até dezembro de 2024, 13,0% até dezembro de 2025 e 2,9% até dezembro de 2026. É importante ressaltar que o referido estudo de realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas do plano de negócios do novo controlador e considera ações a serem implementadas pela administração e pelo controlador, as quais serão revistas tempestivamente de acordo com as normas regulamentares. A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.059/02 do CMN. Nesse contexto se destacam os seguintes aspectos em relação às condições do registro do crédito tributário:

- A referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013 e 2014;
- A condição acima deixou de ser aplicável no Banco no exercício de 2014, em decorrência da efetiva mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano e um novo período de histórico de lucratividade para cinco anos foi iniciado a partir de 2015.

A Nova Administração, exercida com a influência do novo controlador, acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado e no contexto operacional (nota 1) em que está inserida a companhia, serão suficientes a suportar a realização dos créditos tributários.

No término do exercício findo em 2016 o CCB Brasil Banco Múltiplo apurou prejuízos fiscais para fins de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, e conforme estimativas da administração a reversão para lucro fiscal até o encerramento deste exercício é pouco provável, além disso, de acordo com estas mesmas estimativas, o Banco possivelmente irá apresentar prejuízo fiscal em 2017. De acordo com a Resolução nº 3.059/02 do CMN, dentre outras exigências, somente podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias quando se apresentar expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros e histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.

Diante do exposto, com a concretização do aumento de capital pelo controlador aliado a outras medidas, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a administração irá reverter esta tendência de resultados fiscais negativos e apresentará, durante o primeiro semestre de 2017, justificativa

ao Banco Central do Brasil, fundamentada no estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15, visando assegurar a manutenção dos registros de créditos tributários do Banco. Esse processo de transição era esperado, e o novo controlador e a administração confiam plenamente na viabilidade e efetiva concretização das estimativas que fundamentam a realização dos créditos tributários dentro do prazo estabelecido na regulamentação vigente.

**Valor presente dos créditos tributários** - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 789.429 (Dezembro/15 - R\$ 1.217.424).

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei 12.838/2013 e Circular nº 3.624/2013 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

	2014	2015	2016	Total
<b>Credito Presumido Constituído</b>	78.983	107.450	194.229	380.662

Ainda conforme a Lei 12.838 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

#### **b. Passivo diferido**

O CCB Brasil possui registrado R\$ 65.061 (Dezembro/15 - R\$ 30.799) a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que, serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo.

A CCB Brasil Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 3.449 (Dezembro/15 - R\$ 8.767) a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

<b>Passivo diferido</b>	<b>Dezembro/15</b>	<b>Realizações</b>	<b>Adições</b>	<b>Dezembro/16</b>
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	30.924	-	34.137	65.061
IR sobre Superveniência de depreciação	8.767	(5.318)	-	3.449
<b>Total</b>	<b>39.691</b>	<b>(5.318)</b>	<b>34.137</b>	<b>68.510</b>

*China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB  
Brasil e empresas controladas e assemelhadas  
Demonstrações contábeis consolidadas  
do Conglomerado Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015*

<b>Passivo diferido</b>	<b>Dezembro/14</b>	<b>Realizações</b>	<b>Adições</b>	<b>Dezembro/15</b>
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	8.210	(23.373)	46.087	30.924
IR sobre Superveniência de depreciação	30.554	(21.787)	-	8.767
<b>Total</b>	<b>38.764</b>	<b>(45.160)</b>	<b>46.087</b>	<b>39.691</b>

**c. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

<b>Apuração</b>	<u>Dezembro/16</u>	
	<b>IR</b>	<b>CS</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>(390.770)</b>	<b>(390.770)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>(390.770)</b>	<b>(390.770)</b>
Adições temporárias	2.057.005	2.032.460
Adições permanentes	378.619	378.619
Exclusões	(2.946.893)	(2.943.742)
<b>Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2016)</b>	<b>(902.039)</b>	<b>(923.433)</b>
<b>(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas</b>	<b>919.642</b>	<b>917.567</b>
<b>(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL</b>	<b>3.219</b>	<b>3.219</b>
<b>Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL</b>	<b>20.822</b>	<b>(2.647)</b>
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	9.158	6.854
Adicional de 10% de IR	5.325	-
<b>Impostos correntes</b>	<b>14.483</b>	<b>6.854</b>
<b>Conciliação do resultado</b>	<b>702</b>	<b>-</b>
Impostos correntes	13.781	7.263
Imposto de Renda e CSLL Diferido	17.655	11.628
<b>(=) Provisão IR e CSLL (2016)</b>	<b>32.138</b>	<b>18.891</b>
Constituição de créditos tributários (sobre Adições temporárias)	(529.196)	(406.437)
Constituição de créditos tributários (sobre Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(241.987)	(127.522)
Realização do crédito tributário (sobre Reversão de adições temporárias)	641.382	522.893
Realização do crédito tributário (sobre Compensação Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	2.619	1.769
<b>(=) Efeito líquido do crédito tributário</b>	<b>(127.182)</b>	<b>(9.297)</b>
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(95.044)</b>	<b>9.594</b>
	<u>Dezembro/15</u>	
	<b>IR</b>	<b>CS</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>(1.074.179)</b>	<b>(1.074.179)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>(1.074.179)</b>	<b>(1.074.179)</b>
Adições temporárias	1.348.756	2.384.767
Adições permanentes	176.466	176.466
Exclusões	(625.303)	(1.862.194)
<b>Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL (Acumulado 2015)</b>	<b>(174.260)</b>	<b>(375.140)</b>
<b>(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas</b>	<b>260.900</b>	<b>548.560</b>
<b>(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL</b>	<b>(6.568)</b>	<b>(153.613)</b>
<b>Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL</b>	<b>80.072</b>	<b>19.807</b>
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	12.011	2.971
Adicional de 10% de IR	7.983	-
<b>Impostos correntes</b>	<b>19.994</b>	<b>2.971</b>
<b>Conciliação do resultado</b>	<b>(3.420)</b>	<b>9.756</b>
Imposto de Renda e CSLL Diferido	(3.420)	9.756
<b>(=) Provisão IR e CSLL (2015)</b>	<b>16.574</b>	<b>12.727</b>
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(337.189)	(357.716)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(65.225)	(82.284)
Realização do crédito tributário (s/ Reversão de adições temporárias)	103.870	101.927
Realização do crédito tributário (s/ Compensação Prejuízo Fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	1.642	23.042
<b>(=) Efeito líquido do crédito tributário</b>	<b>(296.902)</b>	<b>(315.030)</b>
<b>Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(280.328)</b>	<b>(302.303)</b>



## 29 Composição das principais contas de resultado

### a. Resultado de operações de crédito

	2ºSemestre 2016	2016	2015
Capital de giro e descontos	164.751	362.999	679.071
Contas garantidas	769	3.425	30.124
Crédito pessoal consignado	223.206	353.024	118.619
Comprar	241	258	156
Cheque empresarial	197	539	5.224
Financiamentos à importação	2.259	4.289	17.866
Financiamentos à exportação	34.663	66.421	72.751
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.815	5.331	6.328
Financiamentos imobiliários e habitacionais	144	279	282
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	39.520	77.323	79.961
Resolução 63 - (atual Resolução nº 2.770)	20	312	730
Crédito a pessoas físicas	63	890	14.653
Outros empréstimos e financiamentos	30.884	55.754	64.959
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	39.058	110.172	106.710
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	4.414	(10.736)	89.740
<b>Total</b>	<b>544.004</b>	<b>1.030.280</b>	<b>1.287.174</b>

### b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2ºSemestre 2016	2016	2015
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	49.187	53.336	25.752
Resultado de títulos renda fixa	130.475	282.536	299.445
Rendas de aplicações compromissadas	216.463	313.743	166.597
Outras operações com títulos e valores mobiliários	9.043	9.153	8.922
Variação cambial	637	2.979	7.816
<b>Total</b>	<b>405.805</b>	<b>661.747</b>	<b>508.532</b>

### c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2ºSemestre 2016	2016	2015
Mercado futuro - dólar	(131.339)	(389.437)	(47.575)
Mercado futuro - DI	(23.667)	(118.934)	107.386
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	-	-	(1.188)
Swap	(107.112)	(270.771)	(128.622)
Variação cambial - Swap	66.690	(525.351)	1.212.782
Termo de moedas	3.511	(4.750)	991
<b>Total</b>	<b>(191.917)</b>	<b>(1.309.243)</b>	<b>1.143.774</b>

**d. Resultado de câmbio**

	<b>2ºSemestre 2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Rendas de operações de câmbio	14.734	29.455	77.955
Despesas de operações de câmbio	(596)	(1.367)	(2.498)
Variações cambiais	11.164	(124.745)	475.647
<b>Total</b>	<b>25.302</b>	<b>(96.657)</b>	<b>551.404</b>

**e. Despesas de captação no mercado**

	<b>2ºSemestre 2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Depósitos de poupança	461	956	973
Títulos e valores mobiliários no exterior	56.054	113.807	173.845
Depósitos interfinanceiros	15.812	52.990	86.059
Depósitos a prazo	143.625	318.285	676.890
Operações compromissadas	226.200	313.023	151.122
Despesas de juros sobre debêntures			
Despesas de letras do agronegócio - LCA	13.578	26.154	31.052
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	9.094	21.020	30.310
Despesas de letras financeiras - LF	5.580	11.668	14.172
Outras	1.909	6.271	25.548
Variação cambial sobre títulos emitidos no exterior	13.356	(174.933)	778.300
<b>Total</b>	<b>485.669</b>	<b>689.241</b>	<b>1.968.271</b>

**f. Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses**

	<b>2ºSemestre 2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Repasses Funcafé/BNDES	7.355	8.992	4.847
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	53.661	93.702	65.121
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	56.334	(730.147)	925.599
Marcação a mercado - item objeto de hedge	(15.973)	(40.796)	35.926
<b>Total</b>	<b>101.377</b>	<b>(668.249)</b>	<b>1.031.493</b>

**g. Operações de venda ou transferências de ativos financeiros**

	<b>2ºSemestre 2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prejuízos em venda ou transferência de ativo financeiro - cessões para securitizadora de crédito - empresa não ligada (nota 8 h.4)	870.842	870.842	2.198
<b>Total</b>	<b>870.842</b>	<b>870.842</b>	<b>2.198</b>

**h. Outras receitas operacionais**

	<b>2ºSemestre</b>		
	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Recuperação de encargos e despesas	5.847	9.350	7.462
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	1.068	2.918	141
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	4.626	9.585	15.619
Atualização de depósitos em garantia	13.917	22.917	9.921
Reversão de contingências fiscais	-	961	2.053
Reversão de provisões operacionais	169	22.907	3.533
Receitas por recebíveis do Governo Federal	-	38.928	-
Outras rendas operacionais	28.817	44.209	32.272
<b>Total</b>	<b>54.444</b>	<b>151.775</b>	<b>71.001</b>

**i. Outras despesas operacionais**

	<b>2ºSemestre</b>		
	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas de capitação por emissão de controladas não sujeitas ao BACEN	1.554	3.618	-
Despesas de obrigações por cotas de fundos de investimentos	2.753	4.393	10.563
Despesas de obrigações específicas de controladas não sujeitas ao BACEN	-		1.672
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	2.134	9.318	8.362
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	15.829	22.404	32.684
Constituição de provisões para fiança	-	1.899	103.068
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	22.578	45.357	39.542
Comissões crédito consignado	84.986	141.371	65.760
Programa de remuneração e retenção de funcionários	6	98	18.981
IOF sobre operações de câmbio próprias	370	752	1.158
Outras despesas	15.782	17.336	11.865
<b>Total</b>	<b>145.992</b>	<b>246.546</b>	<b>293.655</b>

**j. Despesas de pessoal**

	<b>2ºSemestre</b>		
	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Salários	80.115	149.154	138.621
Benefícios	13.730	25.482	23.179
Encargos sociais	26.525	50.564	47.623
Honorários da diretoria	8.341	15.649	12.935
Outros	587	1.012	1.107
<b>Total</b>	<b>129.298</b>	<b>241.861</b>	<b>223.465</b>

**k. Outras despesas administrativas**

	<b>2ºSemestre 2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas de aluguéis e taxas	12.932	27.525	29.576
Despesas de comunicações	1.228	2.482	2.793
Despesas de manutenção e conservação	4.376	8.712	10.491
Despesas de processamento de dados	12.417	21.302	19.538
Despesas de promoções e relações públicas	737	1.616	2.404
Despesas de propaganda e publicidade	1.183	2.376	3.061
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.057	12.131	12.287
Despesas de serviços de terceiros	23.713	44.186	41.025
Despesas de transportes e viagens	3.620	6.398	4.817
Despesas de amortização e depreciação	9.863	20.222	19.962
Outras despesas	9.701	20.430	24.733
<b>Total</b>	<b>85.827</b>	<b>167.380</b>	<b>170.687</b>

**l. Despesas tributárias**

	<b>2ºSemestre 2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesas tributárias	3.256	6.246	5.986
Despesas de impostos s/ serviços de qualquer natureza	1.775	3.431	3.922
Despesas de contribuição ao COFINS	12.745	20.282	18.885
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	2.082	3.368	3.589
<b>Total</b>	<b>19.858</b>	<b>33.327</b>	<b>32.382</b>

**m. Resultado das variações cambiais sobre ativos e passivos**

No resultado da intermediação financeira foram computadas variações cambiais sobre ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras, cuja composição líquida é a seguinte:

	<b>2ºSemestre 2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Operações de crédito	2.998	(12.152)	89.740
Títulos e valores mobiliários no exterior - Ativo	637	2.980	7.816
Mercado futuro - dólar	21.932	(189.492)	(47.575)
Opções flexíveis - dólar			(1.188)
Swap - dólar	49.628	(542.413)	1.212.782
Termo de moeda - dólar	3.511	(4.750)	991
Resultado de câmbio	11.164	(124.745)	475.647
Títulos e valores mobiliários no exterior - Passivo	(13.356)	174.932	(778.300)
Obrigações por empréstimos e repasses do exterior	(56.334)	730.147	(925.599)
<b>Total</b>	<b>20.180</b>	<b>34.507</b>	<b>34.314</b>

**n. Resultado não operacional**

Refere-se basicamente a resultados obtidos na venda de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

*China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A – CCB  
Brasil e empresas controladas e assemelhadas  
Demonstrações contábeis consolidadas  
do Conglomerado Prudencial em  
31 de dezembro de 2016 e 2015*

	2ºSemestre 2016	2016	2015
Resultado na alienação de bens	3.350	4.569	1.149
Ganho / (Perdas) de Capital	294	39	(3.002)
Despesa de Provisão para ajuste do valor de realização de bens	(17.126)	(17.429)	(1.519)
Outros	495	815	699
<b>Total</b>	<b>(12.987)</b>	<b>(12.006)</b>	<b>(2.673)</b>

### 30 Acordo da Basileia

Em 1º de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de quatro Resoluções e quinze circulares, conhecido por “Basileia III”, que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas as Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13 que determinaram nova metodologia para o cálculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro de 2013. Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução nº 4.192/13, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução nº 4.280/13. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 9,875% mais o adicional de capital principal de 0,625% (totalizando 10,50%) de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, comparado com os 11,0% requeridos até 31 de dezembro de 2015:

Cálculo do Índice de Basileia Prudencial	Basileia III Dezembro/16	Basileia III Dezembro/15
Patrimônio de Referência Nível I	472.315	435.401
- Capital Principal	336.303	435.401
- Bônus Perpétuo (*)	136.012	
Patrimônio de Referência Nível II	905.331	1.066.668
- Dívida Subordinada	905.331	1.066.668
<b>Patrimônio de Referência - Prudencial</b>	<b>1.377.646</b>	<b>1.502.069</b>
Risco de Crédito	830.411	958.447
Risco de Mercado	9.290	6.409
Risco Operacional	62.158	160.769
<b>Ativos Ponderados pelo Risco - RWA</b>	<b>901.859</b>	<b>1.125.625</b>
Índice de Basileia (%)	<b>15,08</b>	<b>14,67</b>
Índice de Capitalização Nível I (**)	5,17	4,25
Índice de Capitalização Nível II	9,91	10,42

(\*) Parte do Bônus Perpétuo no montante total de R\$ 228.145 (US\$ 70 milhões), emitidos em 29 de dezembro de 2016, em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

(\*\*) Se considerado no cálculo o aumento de capital integralizado pela Controladora em 28 de dezembro de 2016, o índice seria de **6,89%** (vide nota 27a).

### 31 Demonstrativo do limite de imobilização

Múltiplo e consolidado		
	Dezembro/16	Dezembro/15
Limite	691.823	715.333
Situação	146.988	158.354
Margem	544.835	556.979
<b>Índice de imobilização</b>	<b>10,62%</b>	<b>11,07%</b>

### 32 Avais e Fianças prestadas

- (a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.721.806 (Dezembro/15 - R\$ 2.065.537) e apresentam a seguinte concentração:

	Dezembro/16	%	Dezembro/15	%
Maior tomador de fiança	182.859	10,62	162.481	7,87
10 Maiores fianças	755.259	43,86	762.188	36,90
20 Maiores fianças	1.041.284	60,48	1.098.953	53,20
50 Maiores fianças	1.428.152	82,95	1.572.935	76,15

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 104.815 (Dezembro/2015 - R\$ 103.066), registrada na rubrica “Outras obrigações diversas” (nota 24).

- (b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 9.782 (Dezembro/15 - R\$ 34.317) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do BACEN (nota 8a).

### 33 Estrutura de Gerenciamento de Risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. O Relatório de Gestão de Riscos (não auditado) em atendimento a Circular nº 3.678 de 31 de Outubro de 2013 que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, encontra-se no site <http://www.br.ccb.com/menu/Relacoes-com-Investidores/Governanca-Corporativa/Gestao-de-Riscos/Relatorios-de-Gerenciamento-de-Risco-109> e poderá prover maiores detalhes a respeito.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do

consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Resolução nº 4.327 de 25 de Abril de 2014 do Conselho Monetário Nacional (CMN) também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

## **I Riscos que o banco se expõe**

Na condução de suas operações, o CCB Brasil está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

### **1 Risco Externo**

É o risco relacionado a fatores externos e que não estão sob controle do Banco.

### **2 Riscos Financeiros**

#### **2.1 Risco de Crédito**

Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

#### **2.2 Risco de Mercado**

Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros do Banco, uma vez que suas carteiras ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

#### **2.3 Risco de Liquidez**

Representado pelo descasamento no fluxo de caixa, decorrentes de dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto. O CCB Brasil apresenta no Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, contudo o Banco possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 2.632.751. Além disso, parte significativa dos recursos constantes do passivo na rubrica “Obrigações por Empréstimos” refere-se a operações com controlada, o que minimiza o risco de levar a Instituição a situação ilíquida. Por outro lado, conta a Instituição com controle de caixa mínimo, atualizado sistematicamente e semanalmente que controla o nível de recursos para fazer frente a situações de estresse. A Política de Caixa Mínimo prevê o nível de caixa suficiente para enfrentar 30 dias de não recebimento de recursos, o que torna a instituição apta a enfrentar com antecedência quaisquer alterações de liquidez de mercado.

### **3 Riscos Não Financeiros**

#### **3.1 Risco Operacional**

Representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

#### **3.2 Risco Socioambiental**

Dizem respeito aos riscos próprios e de seus clientes e fornecedores no que tange ao impacto social e ambiental de suas atividades. São convenientemente monitorados, já que estes aspectos podem interferir no desempenho do cliente e acarretar risco de crédito mais elevado. Por outro lado, podem referir-se ao tratamento dado pelas empresas clientes ao ambiente e à sociedade divergentes dos valores adotados pelo Banco, o que pode ocasionar risco de imagem e de reputação.



#### **4 Risco Estratégico**

É o risco de perda resultante de processos ou tomada de decisões que impactem a sobrevivência, crescimento ou obtenção de vantagem competitiva do Banco. O Banco dispõe de instrumentos e sistemas que permitem o monitoramento do resultado das ações e propiciam às pessoas a capacidade de reagir de forma rápida e incisiva quando se defrontam com um risco de grande magnitude, porém, ainda mais importante e eficaz, é a capacidade que têm de se antecipar ao risco e desenvolver um plano de minimização de impactos e de transformá-los de antemão.

## **II Gestão de riscos**

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco possui designado o CRO - Chief Risk Officer designado como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

### ***Gestão do Risco de Mercado***

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades (PV01), testes de estresse, o “*Value-at-risk*” (incluindo testes de aderência e validações) e EVE- Economic Value of Equity.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

### ***Instrumentos para a Gestão do Risco de Mercado***

#### ***Análise de Cenários***

O Banco se utiliza de análises de cenários para testes de estresse, que são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do CCB Brasil em situações de eventos extremos. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Por outro lado, também se faz necessário a utilização de cenários analisados no passado, que podem

representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos, quando eventos similares acontecem.

#### *Análise de Sensibilidade*

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira do banco. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros do banco, visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

Com o intuito de medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado o Banco se utiliza do teste de estresse. A realização desses testes pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras. Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável pela definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse, realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes. Também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

#### *Value-at-risk e EVE*

O *Value-at-risk* (valor em risco ou VaR) é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Ele representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (*holding period*). Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas. Para as operações classificadas como Banking (Não Negociação) a gestão do risco tem internamente se utilizado do cálculo pelo EVE (*Economic Value of Equity*).

O EVE é uma solução alternativa e complementar à utilização do VaR paramétrico tradicional para a gestão de risco de mercado associado à carteira banking. Esse modelo propicia uma avaliação mais adaptada ao longo prazo, pois considera que os ativos e passivos não serão desfeitos e, poderão recuperar no tempo, mudanças nas taxas que ocorrem no curto prazo. Esse modelo estima o valor justo dos instrumentos financeiros em diferentes cenários de estresse e estimam as mudanças do valor base em cada um desses casos.

#### *Back testing*

*Back testing* é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo Banco. O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos calculados pelas diferenças de preços de ativos e passivos marcados a mercado (P&L). Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um *outlier*, caso a quantidade de *outliers* supere o nível de confiança, o modelo é revisado.

O Banco, por intermédio da área de governança corporativa, tem como prática a utilização do *Back Testing* na validação e aderência do modelo de *Value-at-risk* nas carteiras.

### **Limites**

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizados para assegurar que as exposições estejam de acordo com o apetite de risco definidos. O Comitê Financeiro define limites de VaR e EVE para a carteira *Trading* e *Banking*, respectivamente. O tipo de limite a ser definido e monitorado é previamente determinado pela área de risco de mercado que garante que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados. O monitoramento das posições, independente da classificação das operações, e os resultados da Carteira *Trading* são obtidos diariamente.

Cabe à área de risco de mercado apontar os excessos aos limites de risco para um determinado fator de risco ao Comitê Financeiro, que deverá tomar as providências necessárias para a adequação da exposição, conforme política interna do Banco. Os limites de risco de mercado são revisados anualmente pelo Comitê Financeiro.

Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do BACEN que regem o assunto (Resolução CMN nº 3.464 e Circular BACEN nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading*) e *banking* segundo o seguinte princípio básico:

**Carteira de Negociação (*trading*):** consiste em títulos públicos e operações compromissadas ou eventualmente *hedges* realizadas para clientes. A Regra de *Volcker* impede que a instituição invista seu capital próprio, ou patrocinem, de alguma forma, fundos de *hedge* e fundos de *private equity*. Por isso, a partir de 30 de junho de 2016, considerando a adesão internacional do CCB Corporation à regra “*Volcker*”, foram suspensas as operações da carteira *trading* do CCB Brasil.

**Carteira *Banking*:** formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação. O processo de classificação de operações é definido pela área de negócios no momento da realização das operações.

### **Principais Riscos de Mercado Geridos**

#### **1 Risco de taxas de juros**

O Banco e suas controladas utilizam recursos gerados por meio de suas atividades operacionais e, em especial, pela captação de recursos de clientes. Para complementarem suas necessidades de caixa, o Banco e suas controladas obtêm recursos substancialmente indexados à variação do CDI e é nessa possibilidade de flutuação que reside o risco em relação à taxa de juros. Para mitigar esse efeito, o Banco e suas controladas adotam a política de emprestar e financiar clientes preferencialmente em operações também indexadas ao CDI. Apenas o *spread* desses negócios está exposto à volatilidade do CDI, que poderá influenciar os resultados e lucro, se houver flutuações significativas.

#### **2 Risco de taxa de câmbio (cupom cambial e dólar à vista)**

A estratégia de gestão do risco cambial tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação na cotação das moedas. Para tanto, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco adota a política de não gerar exposição relevante em moedas estrangeiras que exija capital para sua cobertura, em consonância com a sua principal atuação de negócios, que é a concessão de crédito. As posições de ativos e passivos do Banco estão em sua grande parte *em hedge* natural, em vista de suas aplicações e captações estarem indexadas ao CDI. Da mesma

forma, as captações internacionais são protegidas através de *hedge* efetuado com derivativos apropriados.

A utilização de derivativos como *swaps* e contratos futuros de dólar têm o propósito de anular ou minimizar perdas cambiais com uma desvalorização acentuada do Real (R\$) perante as moedas estrangeiras. Após o *hedge*, essas operações permanecem casadas em termos de valor, prazos e moedas, trocando a exposição cambial inicial dos empréstimos pela exposição ao CDI. O Banco cuida para que os vencimentos das operações e seus *hedges* ocorram simultaneamente.

### **3 Risco de bolsa (BM&FBOVESPA)**

Advém da posição da Tesouraria na sua carteira de *trading* e que pode conter posições em ações e futuros que apresentem riscos de volatilidade e, conseqüentemente, de impacto nos resultados.

### **4 Risco de inflação**

Decorre de posições de títulos ou empréstimos realizados e indexados a índices de preços, cujo *hedge* é imperfeito ou inexistente. A política de exposição aos riscos não permite grandes impactos mesmo em cenário adverso, considerando todos os fatores de risco já mencionados. O Banco realiza seus negócios com gaps mínimos entre ativos e passivos, além de realizar *hedge* de suas operações em relação aos indexadores CDI, taxas de câmbio e inflação. Desta forma, não se espera que uma eventual volatilidade venha a alterar sobremaneira os resultados.

#### ***Gestão do Risco Operacional***

Os riscos operacionais são revisados ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e do apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pelos gestores, área de governança corporativa e riscos do Banco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas.

O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculada e está sendo aperfeiçoada para que seja ajustada segundo a estratégia de atuação.

#### ***Gestão do Risco de Crédito***

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os *ratings* de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN,

que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

**Ferramentas de rating para avaliação do risco de Crédito**

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada *CreditValue-at-risk* (VaR de crédito). O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima esperada que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1% (100%-99%=1%), ou seja a quantidade de eventos cuja probabilidade de perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é 1%.

Os resultados são obtidos com a utilização da metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes e os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenadas e agrupadas estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco para cada um dos níveis de confiança.

Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo CCB Brasil com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de *default* aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

O cálculo do LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

**34 Outras Informações**

- a. **O Banco possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:**

	Dezembro/16	Dezembro/15
<b>Operacional</b>		
Comercial	121	155
Captação	8	9
<b>Subtotal</b>	<b>129</b>	<b>164</b>
<b>Suporte e Controle</b>		
Administrativo	248	281
Jurídico/Auditoria	30	29
Controladoria	85	101
Informática	103	115
Outros	-	1
<b>Subtotal</b>	<b>466</b>	<b>527</b>
<b>Total</b>	<b>595</b>	<b>691</b>

**b. Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais**

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), DEG (*Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH*) e Proparco (*Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique*) para repasses a empresas brasileiras, com prazos (originalmente) de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre “PR”	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≥ 35%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Maior devedor sobre “PR”	≤ 20%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%
Exposição Cambial por moeda sobre “PR”	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre “PR”	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0

**c. Benefícios pós-emprego a empregados**

O CCB Brasil não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

**d. Seguros**

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

**e. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto**

	Dezembro/16	Dezembro/15
Disponibilidades	111.077	394.363
Aplicações no mercado aberto	3.579.119	-
Aplicações em moedas estrangeiras	131.157	330.614
<b>Total</b>	<b><u>3.821.353</u></b>	<b><u>724.977</u></b>

**f. Aplicação de Ajustes Prudenciais em conformidade com a Resolução nº 4.277/13**

A partir de 30 de junho de 2015 a Resolução nº 4.277/13 do CMN estabeleceu a aplicação de ajustes prudenciais referentes ao apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado. O Banco desenvolveu controles e metodologia de apreçamento aprovada pela diretoria, bem como procedimento para avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros.

Tal avaliação, baseada na política definida, revelou que para as informações contábeis intermediárias encerradas na data base de 31 de dezembro de 2016, não há necessidade de a Instituição realizar ajuste prudencial. Justifica-se pelo que segue:

- A carteira de TVM é composta substancialmente por títulos públicos federais 99,34% (Dezembro/15 - 97,40%) de uma carteira de R\$ 7.698.332 (Dezembro/15 - R\$ 4.048.478) que apresentam baixo risco e liquidez abundante.
- Os Instrumentos Derivativos marcados a mercado, que somam R\$ 336.983 (Dezembro/15 - R\$ 962.378), fazem substancialmente frente ao *hedge* das posições passivas de captação no exterior, que serão levadas ao vencimento.
- São irrelevantes os volumes de outros instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado.

## **Conselho de Administração**

Presidente:  
Wensheng Yang

Membros do Conselho:  
Xi Zhang  
Daniel Joseph McQuoid  
Heraldo Gilberto de Oliveira

## **Diretoria**

Diretor Presidente:  
Xi Zhang

Diretores Vice-Presidente:  
Yongdong Jiang  
Hong Yang  
Milto Bardini  
Paulo Celso Del Ciampo

Diretores:  
Andrew Murray Hemm  
Carlos José Roque  
Francisco Edênio Barbosa Nobre

## **Comitê de Auditoria**

Presidente e membro qualificado:  
Heraldo Gilberto de Oliveira

Membros do Comitê:  
Walter Mallas Machado de Barros  
Daniel Joseph McQuoid